



Eletrobras
Eletronorte

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias
2º Trimestre
2017**



CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30.06.2017

- 1 – BALANÇO PATRIMONIAL**
- 2 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
- 3 – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**
- 4 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 5 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**
- 6 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**
- 7 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O	Nota	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.584	8.992
Títulos e valores mobiliários	5	956.710	277.086
Clientes	6	1.101.763	1.061.489
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	1.373.308	784.702
Impostos e contribuições sociais	8	296.419	246.540
Almoxarifado		123.776	117.835
Instrumentos financeiros derivativos	9	173.255	127.808
Créditos junto à Ceron	12	309.203	189.762
Repactuação do Risco Hidrológico	13	12.640	12.640
Outros ativos	10	236.368	293.029
		4.626.026	3.119.883
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e valores mobiliários	5	85	258
Ativo financeiro-concessão de serviço público	7	8.643.927	8.875.863
Impostos e contribuições sociais	8	34.091	36.563
Impostos e contribuições sociais diferidos	8.2	602.106	839.708
Instrumentos financeiros derivativos	9	145.091	100.965
Cauções e depósitos vinculados	11	469.177	449.997
Adiantamentos para futuro aumento de capital		416	670
Créditos junto à Ceron	12	2.036.960	2.029.303
Repactuação do Risco Hidrológico	13	18.960	25.280
Outros ativos	10	199.113	272.450
		12.149.926	12.631.057
INVESTIMENTOS	14	4.651.331	4.293.873
IMOBILIZADO	15	6.590.870	6.790.543
INTANGÍVEL	16	230.790	244.538
		23.622.917	23.960.011
TOTAL		28.248.943	27.079.894

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇO PATRIMONIAL (continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	529.719	547.870
Financiamentos e empréstimos	18	1.025.441	944.387
Debêntures	19	15.097	12.442
Impostos e contribuições sociais	20	89.813	125.209
Remuneração aos acionistas		736	973
Folha de pagamento e obrigações estimadas	22	421.069	339.681
Encargos setoriais		347.166	299.617
Instrumentos financeiros derivativos	9	555	332
Adiantamentos de clientes	24	326.913	60.504
Obrigações com a Controladora	21	384.033	264.948
Obrigações pela aquisição de ativos e participação	7.2	72.997	69.740
Convênios	25.2	83.773	81.283
Contratos onerosos	25.3	14.245	14.245
Outros passivos	25.1	457.833	453.226
		3.769.390	3.214.457
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	17	82.748	168.867
Financiamentos e empréstimos	18	4.252.610	4.175.765
Debêntures	19	187.852	188.933
Impostos e contribuições sociais	20	26.231	135.016
Obrigações estimadas	22	28.100	7.162
Provisões para riscos	23	848.859	810.087
Instrumentos financeiros derivativos	9	64.142	43.685
Adiantamentos de clientes	24	558.475	592.215
Benefícios pós-emprego		16.303	16.303
Obrigações com a Controladora	21	1.393.055	1.456.977
Contratos onerosos	25.3	376.700	376.700
Outros passivos	25.1	932.365	797.164
		8.767.440	8.768.874
TOTAL DO PASSIVO		12.536.830	11.983.331
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26.1	11.576.263	11.576.263
Reservas de lucros		3.542.916	3.542.916
Outros resultados abrangentes		(22.616)	(22.616)
Resultado do período		615.550	-
		15.712.113	15.096.563
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.248.943	27.079.894

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016

	Nota	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	2.856.563	5.425.993	1.350.270	4.222.132
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	28	(83.284)	(83.739)	(20.434)	(38.920)
Encargos de uso da rede de transmissão	28	(276.554)	(247.306)	(139.010)	(125.066)
		(359.838)	(331.045)	(159.444)	(163.986)
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros	28	(583.264)	(394.264)	(383.600)	(251.647)
Utilização de recursos hídricos	28	(97.951)	(109.092)	(49.010)	(51.963)
Depreciação e amortização	28	(219.708)	(214.690)	(108.519)	(112.486)
Outros	28	(69.198)	(48.614)	(69.191)	(44.897)
		(970.121)	(766.660)	(610.320)	(460.993)
Custo do serviço prestado a terceiros	28	(32.217)	(34.449)	(17.562)	(18.739)
Custo de construção	28	(28.320)	(95.629)	(9.881)	(93.711)
CUSTO OPERACIONAL	28	(1.390.496)	(1.227.783)	(797.207)	(737.429)
LUCRO BRUTO		1.466.067	4.198.210	553.063	3.484.703
DESPESA OPERACIONAL	28	(637.528)	(537.589)	(255.646)	(358.534)
RESULTADO DO SERVIÇO		828.539	3.660.621	297.417	3.126.169
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIA	14	80.275	39.593	24.975	(25.386)
RESULTADO FINANCEIRO	29	(197.422)	88.035	(232.915)	(25.637)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		711.392	3.788.249	89.477	3.075.146
Imposto de renda e contribuição social	30	(24.372)	(84.876)	(4.704)	(132.639)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	(71.470)	(1.021.419)	22.732	(916.894)
		(95.842)	(1.106.295)	18.028	(1.049.533)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		615.550	2.681.954	107.505	2.025.613

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016**

	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/04/2017 à</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/04/2016 à</u> <u>30/06/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	615.550	2.681.954	107.505	2.025.613
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	615.550	2.681.954	107.505	2.025.613

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016**

	Capital Social	Reservas de Lucros				Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva Incentivo Fiscal	Retenção de Lucros	Reserva Especial Dividendos não distribuídos				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.576.263	133.424	220.651	40.279	-	30.210	-	(26.146)	11.974.681
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.681.954	-	2.681.954
Destinação do lucro líquido:									
Reversão de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(40.279)	-	-	-	-	(40.279)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(30.210)	-	-	(30.210)
Saldo em 30 de junho de 2016	11.576.263	133.424	220.651	-	-	-	2.681.954	(26.146)	14.586.146
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.576.263	292.866	403.482	2.134.926	711.642	-	-	(22.616)	15.096.563
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	615.550	-	615.550
Saldo em 30 de junho de 2017	11.576.263	292.866	403.482	2.134.926	711.642	-	615.550	(22.616)	15.712.113

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	711.392	3.788.249
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	225.221	225.636
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	(41.674)	(53.593)
Varição monetária ativa	(145.970)	(196.573)
Varição monetária passiva	93.956	34.021
Encargos de dívidas	311.195	313.002
Resultado de equivalência patrimonial	(80.275)	(39.593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.198	14.645
Provisões operacionais	186.805	145.726
Plano de aposentadoria extraordinário-PAE	125.475	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	31.260	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	53	18.933
Ganhos(perdas) com derivativos	(68.892)	(121.641)
Remuneração do Ativo Financeiro	(561.108)	(3.167.566)
Outros despesas(receitas) financeiras	91.368	(1.683)
	913.004	959.563
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(29.793)	(162.216)
Outros ativos	338.272	1.007.643
Fornecedores	(104.270)	(120.101)
Outros passivos	122.936	(1.254.037)
	327.145	(528.711)
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.240.149	430.852
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(209.569)	(170.611)
Pagamento de encargos e Impostos	(256.710)	(86.445)
Recebimento de receita anual permitida	233.093	156.629
Recebimento remuneração de participações societárias	29.521	25.914
Pagamento de contingências	(12.562)	(3.414)
Cauções de depósitos vinculados	(19.180)	(26.635)
	(235.407)	(104.562)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.004.742	326.290
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos e empréstimos obtidos	500.322	417.655
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	(415.071)	(428.738)
Caixa líquido das atividades de financiamento	85.251	(11.083)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	(679.451)	555.894
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(11.853)	(38.942)
Aquisição de ativo financeiro	(28.655)	(105.000)
Participações societárias	(336.696)	(689.111)
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos	254	(72.039)
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.056.401)	(349.198)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	33.592	(33.991)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.992	51.683
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	42.584	17.692

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016

	Nota	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
RECEITAS			
Receitas de vendas de energia e serviços	27	3.254.686	5.758.199
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.2	(34.198)	(14.645)
		3.220.488	5.743.554
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo de construção	28	(28.320)	(95.629)
Energia elétrica comprada para revenda	28	(83.284)	(83.739)
Encargos de uso da rede de transmissão	28	(276.554)	(247.306)
Material	28	(12.393)	(17.359)
Serviços de terceiros	28	(117.993)	(129.251)
Combustível	28	-	(3.717)
Outros		(48.037)	(53.802)
		(566.581)	(630.803)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.653.907	5.112.751
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	28	(225.221)	(225.637)
Redução ao valor recuperável	28	(31.260)	-
Provisões operacionais	28	(186.806)	(145.726)
		(443.287)	(371.363)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		2.210.620	4.741.388
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de participações societárias	14	80.275	39.593
Receitas financeiras	29	328.503	456.587
		408.778	496.180
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.619.398	5.237.568
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração do trabalho	28.1	555.440	500.796
Plano Aposentadoria Extraordinário-PAE	28.1	125.475	-
		680.915	500.796
Impostos, taxas e contribuições:			
Deduções à receita operacional	27	398.123	332.206
Tributos	28	6.412	5.822
Taxa de fiscalização	28	11.221	5.748
Utilização de recursos hídricos	28	97.951	109.092
Encargos sobre despesa de pessoal	28.1	117.850	99.207
Imposto de renda e contribuição social	30	95.842	1.106.295
		727.399	1.658.370
Remuneração de capitais de terceiros:			
Despesas financeiras	29	525.925	368.552
Arrendamentos e aluguéis	28	69.609	27.896
		595.534	396.448
Remuneração de capitais próprios			
Lucros a distribuir		615.550	2.681.954
		615.550	2.681.954
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		2.619.398	5.237.568

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO 2017 E 2016

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social principal, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW(não auditado) e 8 usinas termelétricas, com capacidade de 521,82 MW(não auditado), perfazendo uma capacidade instalada de 9.381,87 MW(não auditado).

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 11.617,12 Km (não auditado) de linhas de transmissão e 56 subestações (não auditado) no SIN, 190,20 Km (não auditado) de linhas de transmissão e 1 subestação no sistema isolado, totalizando 11.807,32 km (não auditado) de linhas de transmissão e 57 subestações (não auditado).

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias, e estão sendo apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, nas suas últimas demonstrações financeiras anuais, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia elaborou e está divulgando, como informação suplementar, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes aos períodos de 6 (seis) meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016, preparadas sob a responsabilidade de sua Administração, uma vez que não são requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 15)
- Ativo financeiro da concessão (nota 7);
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 23);
- Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros (nota 8);
- Perda para créditos de liquidação duvidosa (nota 6.2); e
- Ativos fiscais diferidos (nota 8.2.1).

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações financeiras intermediárias foram submetidas à Diretoria da Companhia em 02 agosto de 2017.

2.1. Riscos relacionados ao cumprimento *compliance* de leis e regulamentos

2.1.1. Lava Jato

Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da empresa (CAE) decidiu por iniciar um processo investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission (SEC)* e *Department of Justice (DOJ)*, para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de *ADR's – American Deposit Receipts*, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo *U.S. Securities and Exchange Act*. Dentre essas leis encontra-se a *Foreign Corrupt Practices Act – FCPA* que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao FCPA, à legislação brasileira, ao Código de Ética e políticas de integridade da Eletrobras.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripjat resultaram em mandados de prisão contra ex-executivos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela

investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Eletrobras vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo Hogan Lovells e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de *compliance*. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de *compliance* e pelo gerenciamento de riscos na Eletrobras e nas suas subsidiárias.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras já tomou medidas punitivas, na esfera administrativa, incluindo a suspensão e o desligamento do contrato de trabalho. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização de tais funcionários, na esfera cível, já estando a Eletrobras em negociação com a Advocacia Geral da União quanto à propositura de eventuais ações de improbidade.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras. Nesta etapa foram descobertos superfaturamentos relacionados à licitações fraudulentas oriundas da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas por certos empreiteiros e fornecedores contratados, desde 2008, por subsidiárias e algumas das SPE não controladas pela Eletrobras.

No entanto, não há informações suficientes que permitam à determinar os períodos específicos em que ocorreram pagamentos em excesso. Assim, a Eletrobras entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis, é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores, relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo registrado o ajuste para os pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, em setembro 2016.

A Eletrobras não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro de 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobre preço. Sendo assim, em 30 de setembro de 2016, a Eletronorte realizou os seguintes ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período:

	<u>30/09/2016</u>
Balanço	
Investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial	(36.563)
	<u>(36.563)</u>
Demonstração de Resultado	
Perda em investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial	36.563
	<u>36.563</u>

A Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediação, adotando medidas necessárias para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato, além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas, praticadas tanto pelos empregados que contribuíram para o ilícito, quanto pelas empreiteiras contratadas.

Contudo, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos, identificados que pudessem ter efeito significativo em suas demonstrações financeiras, procedimentos adicionais relacionados ao processo investigatório ainda estão em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de Enforcement da SEC e DOJ.

De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que essas ações tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos significativos nas demonstrações financeiras da Eletrobras. Entretanto, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos. Dessa forma, novas

informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou as tratativas para a contratação de escritório de advocacia americana para a condução da nova etapa do processo de investigação. Na mesma reunião, o Conselho de Administração autorizou a assinatura dos instrumentos jurídicos com as autoridades americanas (“*Tooling Agreement e Statute of Limitation The Second Consecutive*”), estendendo o prazo prescricional para a ação de investigação. A assinatura desses documentos demonstra a cooperação e a boa-fé da Eletrobras com relação às autoridades estadunidenses, tratando com clareza e transparência todas as questões corporativas envolvidas.

Em abril de 2017, em decorrência dos acordos de delação celebrados entre os executivos do principal grupo de construção do Brasil, Odebrecht, o Supremo Tribunal Federal solicitou que fossem iniciadas investigações sobre a conduta dos políticos que participaram desses acordos. Essas investigações referem-se exclusivamente aos indivíduos sobre os quais o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição exclusiva. Além disso, outras investigações oficiais podem ser iniciadas contra indivíduos que estão sujeitos à jurisdição dos tribunais.

Certas alegações de potenciais atos ilegais se tornaram públicos, em abril de 2017, no âmbito do projeto Santo Antônio, no qual a Eletrobras é minoritária indireta por intermédio da controlada Furnas. A fim de garantir a independência e imparcialidade das investigações, por orientação da Eletrobras, Furnas afastou dois executivos citados em depoimentos como tendo supostamente recebido vantagens indevidas.

Em 08 de junho de 2017, a controlada Furnas recebeu a Polícia Civil Fazendária do Rio de Janeiro na sede da empresa durante a operação batizada de “Barão Gatuno”, um desdobramento da Operação Lava Jato, visando a busca e apreensão de documentos, relacionadas ao empreendimento de Serra do Facão onde Furnas participa com 49,47% do capital social.

Foi a primeira operação de âmbito estadual decorrente da Operação Lava Jato. À data da operação, foram apreendidos documentos na sede de Furnas, nas sedes das empresas envolvidas e em endereços residenciais dos envolvidos no intuito de levantar provas.

Em vista das denúncias levantadas, é do interesse da Eletrobras colaborar e auxiliar o processo investigativo, de forma a englobar o empreendimento de Furnas na ação em curso na Companhia e buscar ressarcimento caso sejam identificadas irregularidades. Hogan Lovells, sob supervisão direta da Comissão Independente, continua monitorando os acordos de negociação tornados públicos, bem como outras informações publicadas pela imprensa conduzidas pela “Operação Lava Jato”. Caso as alegações relacionadas ao projeto de Santo Antonio se revelem verdadeiras, a Eletrobras entende que não haverá impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que o montante de impairment registrado, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, é suficiente para cobrir os valores das alegações conhecidas até o momento.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que devem ser lidas em conjunto com estas demonstrações financeiras intermediárias.

Nestas demonstrações financeiras intermediárias as informações relativas a controladas em conjunto e coligadas foram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e apresentam defasagem de 30 dias, exceto em situações específicas descritas na nota 14.3 - Resumo das informações financeiras das empresas investidas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários à vista	292	5.946
Aplicações financeiras de curto prazo	42.292	3.046
TOTAL	42.584	8.992

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em operações compromissadas nos fundos de investimentos em que a Eletronorte possui recursos investidos. Estas operações possuem garantia de recompra diária pelos fundos, a uma taxa previamente estabelecida entre as partes e são lastreadas em títulos públicos.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2017	31/12/2016
Fundos de Investimentos		
Fundos exclusivos	19.793	64.204
Outros fundos	936.917	212.882
CIRCULANTE	956.710	277.086
Outros	85	258
NÃO CIRCULANTE	85	258
TOTAL	956.795	277.344

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal. Os fundos possuem alta liquidez, baixo risco de crédito e no ano de 2017, a rentabilidade média correspondeu a 122% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5.1. Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários pelo valor justo, ou seja, o valor dos títulos negociados no mercado atual em condições usuais.

Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	30/06/2017				31/12/2016			
	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação
Banco do Brasil - Fundos Exclusivos								
Extramercado Exclusivo 10 4211	18.797	19.793	996	100,00	60.425	64.204	3.779	92,00
LTN	9.547	9.953	406		34.969	36.511	1.542	
NTNF	9.250	9.840	590		25.456	27.693	2.237	
Outros Fundos	932.870	936.917	4.047	-	212.521	212.882	361	-
Operações Compromissadas	793	793	-		22.433	22.433	-	
LTN	919.783	923.695	3.913		158.102	158.464	362	
NTN-F	12.294	12.429	134		31.986	31.986	-	
Total	951.667	956.710	5.043	-	272.946	277.086	4.140	-

NOTA 6 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

6.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	30/06/2017			31/12/2016	
	VINCENDOS	VENCIDOS		TOTAL	TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
Consumidores					
Industrial	109.291	-	72	109.363	96.485
	109.291	-	72	109.363	96.485
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia	164.935	106	34.445	199.486	344.468
Uso da rede elétrica	103.142	5.104	21.927	130.173	122.264
Conexão ao sistema de transmissão	4.309	816	470	5.595	5.287
Comercialização de energia	210.584	212.622	141.987	565.193	316.043
Renegociação - Suprimento					
Boa Vista Energia S.A.	-	-	274.142	274.142	304.018
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	3.675	-	-	3.675	7.350
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	284.858	284.858	267.217
	486.645	218.648	757.829	1.463.122	1.366.647
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(467.057)	(467.057)	(401.352)
(-) Ajuste a valor presente	(51)	-	-	(51)	(291)
(-) Tributos Federais Retidos na Fonte	(3.614)	-	-	(3.614)	-
Total circulante	592.271	218.648	290.844	1.101.763	1.061.489
Renegociação - Suprimento					
Boa Vista Energia S.A.	143.276	-	-	143.276	177.788
	143.276	-	-	143.276	177.788
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	(143.276)	-	-	(143.276)	(177.788)
Total não circulante	-	-	-	-	-
Total	592.271	218.648	290.844	1.101.763	1.061.489

6.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão é constituída com base na análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante provisionado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

Em 2015, por meio de termo aditivo ao contrato, a Boa Vista Energia S.A. reconheceu dever à Companhia o valor de R\$ 168.271 (atualizados até 30 de abril de 2015) relativos a faturas de suprimento de energia vendidas. Em virtude do não pagamento das parcelas do instrumento vencidas em novembro e dezembro de 2016, do histórico do não pagamento de dívidas e da existência de evidências de falta de capacidade financeira da Boa Vista Energia em honrar o montante devido, a Companhia provisionou o total da dívida em junho de 2017 no valor de R\$ 303.408.

Em 2015 foi constituída provisão dos créditos junto a CEA, cujo valor corrigido em 30 de junho de 2017 monta R\$ 284.858.

Saldo em 31/12/2015	(242.930)
Constituição	(336.210)
Reversão/Baixa	-
Saldo em 31/12/2016	(579.140)
Constituição	(31.193)
Reversão/Baixa	-
Saldo em 30/06/2017	(610.333)

NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público são os seguintes:

	31/12/2016	Movimentação no exercício				30/06/2017
		Ingressos	Remuneração do Ativo Financeiro	Amortizações	Transferências	
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	322.175	-	-	-	(48.255)	273.920
Ativo financeiro (RBSE)	5.328.583	-	349.781	-	-	5.678.364
Ativo financeiro	3.841.645	28.320	211.327	(233.093)	48.255	3.896.454
Ativo financeiro - UHE C. Nunes	3.486	121	-	-	-	3.607
Ativo financeiro - RBNI/RBSE	164.676	214	-	-	-	164.890
Total	9.660.565	28.655	561.108	(233.093)	-	10.017.235
Circulante	784.702					1.373.308
Não circulante	8.875.863					8.643.927

7.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000 – Ativos RBSE

Em 20 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 120/2016 que regulamenta o pagamento às empresas de transmissão de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram os vencimentos de contratos de concessão antecipados, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- (i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017;
 - (a) a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital;
 - (b) a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;

- (ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;
 - (a) a partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.
- (iii) para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL;

A portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de compensar os ativos, a portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 18 de outubro de 2016 a Diretoria da ANEEL apreciou o relatório de fiscalização da SFF/ANEEL, e decidiu pela homologação do valor final para fins de pagamento da RBSE à Eletronorte, no valor líquido de R\$ 2.579.312, referenciado em 31 de dezembro de 2012.

Como base na Portaria MME nº 120/16 a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, os quais levaram em consideração as premissas elencadas na mesma. Essa avaliação espelha a posição da Administração quanto aos valores a serem apreciados de forma final pela ANEEL em julho de 2017. A seguir está demonstrada a posição atualizada em 30 de junho de 2017.

Ativo Financeiro - RBSE	31/12/2012
Rede básica - RBSE - Saldo histórico (A)	1.732.910
Rede básica - RBSE - Laudo ANEEL	2.579.312
Ativo Financeiro - Laudo atualizado	3.419.361
Depreciação do laudo Atualizado	(1.209.286)
Base de remuneração	2.210.075
Quota de Reintegração Regulatória	1.209.286
Remuneração do Capital Investido	1.143.084
Atualização monetária	766.137
Custo de capital não incorporado	3.118.507
Valor total do ativo financeiro (B)	5.328.582
Remuneração reconhecida (B - A)	3.595.672
Efeito tributário Diferido (34%)	(1.222.528)
Valor líquido reconhecido resultado em 31/12/2016	2.373.144
Atualização monetária no período	349.781
Efeito tributário Diferido no período (34%)	(118.926)
Valor líquido reconhecido resultado até 30/06/2017	230.855

Em 10 de abril de 2017, foi proferida liminar parcial a favor da ABRACE no âmbito do processo judicial contra a União e a ANEEL. A ABRACE contesta a Resolução Normativa nº 762/2017 a fim de que seja concedido efeito suspensivo aos impactos da remuneração dos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, para as empresas que renovaram seus contratos de concessão, em 2013, nos termos da Lei 12.783/2013. Em decorrência dessa liminar o valor referente à remuneração dos ativos não recebidos entre janeiro de 2013 a junho de 2017, está classificado no não circulante e corresponde a R\$ 899.298.

A Administração avalia que nenhuma modificação na estimativa contábil até então efetuada com relação a esse ativo deve ser efetuada em razão da referida liminar judicial.

7.2. Aquisição de ativo financeiro

7.2.1. Aquisição de ativos e passivos vinculados à concessão

Em 30 de junho de 2015, a Companhia concretizou a aquisição junto a Eletrosul Centrais Elétricas S.A dos ativos e passivos pelo valor de R\$ 327.048, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho 2017 resta um saldo a pagar no montante de R\$ 72.997. Em dezembro 2016 – R\$ 69.740.

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

8.1. Impostos e contribuições sociais

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados abaixo considerando as eventuais perdas de realização:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Retenções na fonte (IR / CS)		257.297	226.749
PIS/PASEP/COFINS		31.214	13.629
ICMS		744	743
Outros		7.164	5.419
Total circulante		296.419	246.540
ICMS		34.091	36.563
Total não circulante		34.091	36.563
Total		330.510	283.103

O grupo de retenções na fonte possui um saldo elevado decorrente, basicamente, do IRPJ pago a maior e valores ajustados de apurações anteriores.

8.2. Impostos e contribuições sociais diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		21.997	14.966
Efeitos atuariais		22.457	22.457
Outros ativos fiscais diferidos	8.2.1	2.071.078	2.166.331
		2.115.532	2.203.754
Passivo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		108.238	77.783
Ativo financeiro da transmissão		1.341.454	1.222.529
Efeitos atuariais		5.264	5.264
Compra vantajosa de ativos		58.470	58.470
		1.513.426	1.364.046
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido		602.106	839.708

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para o imposto de renda. O cálculo da alíquota efetiva dos impostos sobre o lucro do exercício está evidenciado na nota 30.

8.2.1. Ativos fiscais diferidos

Com base em estudo técnico de viabilidade realizado pela Companhia, com base em histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros foi possível estimar a realização dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL e disponíveis para compensação.

Dessa forma, o saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL constante do LALUR foi totalmente ativado em 2016.

Abaixo a composição dos outros ativos fiscais diferidos.

Ativos fiscais diferidos	30/06/2017	31/12/2016
IRPJ		
Prejuízos Fiscais	607.455	797.434
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	199.537	247.434
Contingências passivas	212.215	202.517
Outras provisões	348.874	316.260
Impairment	57.767	
Provisão de PLR	34.488	34.488
Provisão PAE	27.819	-
Total do IR diferido	1.488.155	1.598.133
CSLL		
Bases de cálculo negativas	265.871	279.940
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	71.833	89.076
Contingências passivas	76.397	72.906
Outras provisões	125.595	113.854
Impairment	20.796	
Provisão de PLR	12.416	12.422
Provisão PAE	10.015	-
Total do CS diferida	582.923	568.198
Total	2.071.078	2.166.331

NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pela Companhia foram classificados como derivativos embutidos.

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos estão demonstrados a seguir:

Nota	30/06/2017			31/12/2016			
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Ativo							
Energia Elétrica	9.1	173.255	145.091	318.346	127.808	100.965	228.773
		173.255	145.091	318.346	127.808	100.965	228.773
Passivo							
Debêntures	9.2	555	64.142	64.697	332	43.685	44.017
		555	64.142	64.697	332	43.685	44.017

9.1. Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para seus principais clientes: BHP Billiton, atual South32 Brasil S.A. e com a empresa Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. Em junho de 2017, o valor da LME fechou cotado em US\$ 1.892/ton, o que representou uma variação positiva de 9,9% em relação ao valor verificado em dezembro de 2016, quando o preço da commodity estava cotado em US\$ 1.722,17/ton.

Além disso, no mesmo período de análise, houve desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) de 1,53% com a cotação passando de R\$ 3,26 em dezembro de 2016, para R\$ 3,31 em junho de 2017. A valorização do preço do alumínio no LME e do dólar frente ao real contribuíram com o aumento na expectativa do valor justo para os derivativos no período.

O ganho apurado na operação com derivativos em junho de 2017 foi de R\$ 89.573 e está representado no resultado financeiro nota 29. Em junho de 2016, ganho de R\$ 95.227.

9.2. Contratos de debêntures

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014, firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011 com liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 30 de junho de 2017, estão descritos na nota 19.

O contrato possui cláusula contratual que prevê a possibilidade de conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, de acordo com a avaliação da Companhia é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão, por esses motivos há a identificação de um derivativo embutido no contrato.

Para determinação do valor do derivativo foram utilizadas as seguintes métricas: cálculo do *valuation* da investida, apuração do valor da sua ação e o cálculo do valor presente do contrato.

A perda apurada nesta operação com derivativos em junho de 2017 é de R\$ -20.680 e está representada na demonstração do resultado financeiro nota 29 (em junho de 2016, ganho de R\$ 26.414).

A perda apurada no período é decorrente do fluxo de quitação das debêntures, compensado negativamente pela melhora do *valuation* do empreendimento considerando a alteração da taxa de desconto estabelecida

pela Eletrobrás, ou seja, houve aumento no valor de ação o que fez com que o custo de se converter o saldo das debêntures em ações da Companhia ficasse mais caro.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Direto de ressarcimento		56.648	56.648
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		114.523	118.982
Empregados		1.129	5.999
Serviços prestados a terceiros		25.821	25.833
Despesas pagas antecipadamente		11.337	11.558
Dispêndios reembolsáveis		98.776	100.037
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	35.585	78.343
Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial)		30.139	21.294
Outros		45.536	42.793
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(183.127)	(168.458)
TOTAL DO CIRCULANTE		236.367	293.029
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Despesas pagas antecipadamente		16.355	16.355
Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial)		26.967	33.462
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	10.1	199.095	272.321
Outros		6.956	6.952
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(50.259)	(56.640)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		199.114	272.450
TOTAL GERAL		435.481	565.479

10.1. Numerários vinculados às Garantias e Convênios

Os numerários vinculados às Garantias e aos Convênios são aqueles recursos que não podem ser utilizados imediatamente, pois são valores constantes em conta corrente e aplicações financeiras de garantias e convênios.

NOTA 11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme relacionado:

	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas	133.778	128.570
Tributários	64.266	61.599
Cíveis	34.609	33.954
Outros	236.524	225.874
Total não circulante	469.177	449.997

NOTA 12 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em dezembro de 2015 foi firmado Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida e outras avenças junto à CERON objetivando a regularização do débito em 120 parcelas, iguais e sucessivas, atualizadas pela taxa SELIC, tendo a primeira, vencimento em 30 de novembro de 2016, sendo a CERON a garantidora do pagamento. Neste instrumento foi considerada a atualização dos créditos conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 652 – MME/MEF de 10 de dezembro de 2014.

Na mesma data a Administração da Companhia assinou junto à Eletrobras e à CERON o Instrumento de Cessão de Créditos para Dação em pagamento de dividendos, o qual estabelece que os créditos a receber junto à CERON serão destinados ao pagamento parcial dos dividendos devidos à Eletrobras, observado o mesmo cronograma de recebimento dos créditos da CERON. Em novembro de 2016 venceu a primeira parcela decorrente do Instrumento citado acima sem que houvesse quitação das parcelas de 2016.

Em 7 de fevereiro de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.202, a ANEEL aprova o orçamento da CDE para o ano de 2017, entretanto, além de reduzir a previsão dos gastos correntes com a CCC, não contemplou os valores que foram objeto de repactuações assinadas em 2014 e 2015 entre as distribuidoras e a Petrobras Distribuidora S.A., com lastro na Conta CDE/CCC.

Considerando que os contratos de confissão de dívidas, denominados CCDs, foram previamente autorizados pela legislação aplicável e pela própria ANEEL, as distribuidoras se viram afetadas pela glosa no orçamento de 2017 e ingressaram com pedido de reconsideração, contra a Resolução Homologatória nº 2.202.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 81 prevendo na programação da CDE, para o ano de 2017, parcela equivalente às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relativas ao contratos de confissão de dívidas firmados entre as distribuidoras e a CDE/CCC. Em 7 de março de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.204, a ANEEL aprova o orçamento anual da CDE/CCC para a ano de 2017 referendando a inclusão no orçamento das parcelas repactuadas relativas aos contratos de confissão de dívidas. Importante ressaltar que a ANEEL manteve a redução dos recursos destinados ao Fundo CDE/CCC referente ao ano de 2017.

A Companhia acredita que os recursos glosados pela ANEEL permanecerão nessa situação até a conclusão da fiscalização do reprocessamento da conta CCC no período entre julho de 2009 a junho de 2016.

Considerando os eventos acima, embora se verifique a dificuldade de realização dos créditos junto à CERON, a Companhia, respaldada por documentos normativos emitidos pelo Ministério de Minas e Energia e ANEEL, considera possível o recebimento os créditos devidos pela CERON. Para aqueles créditos não contemplados no orçamento de 2017, em função da redução dos recursos destinados a Conta CDE/CCC, a Companhia reconheceu uma provisão para fazer face à necessidade de captação de recursos financeiros no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contabilizou ajuste a valor presente no montante de R\$ 45.005, calculada com base nos custos que seriam incorridos caso a mesma necessite captar recursos no mercado, considerando o período de 12 meses. A estimativa de custo foi definida como sendo o custo médio de captação do sistema Eletrobrás mais o *spread* conforme indicado abaixo:

Beneficiários	Termonorte II / CERON	Taxa de captação			Prazo (anos)	Custo de captação
		CDI	Spread	Total		
ELETRONORTE	234.766	13,63	5,54	19,71	1 ano	45.005
Total	234.766					45.005

No quadro abaixo estão demonstrados os valores a receber da CERON em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017:

	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos em 31/12/2016	234.767	2.029.303	2.264.070
(-) Ajuste a valor presente	(45.005)	-	(45.005)
Saldo em 31/12/2016	189.762	2.029.303	2.219.065
Atualização monetária e transferências do período	119.441	7.657	127.098
Saldo total em 30/06/2017	309.203	2.036.960	2.346.163
Parcela de dação em pagamento dividendos 2014	(225.362)	(1.252.014)	(1.477.376)
Saldo líquido em 30/06/2017	83.841	784.946	868.787

NOTA 13 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, instituiu a figura da repactuação do risco hidrológico que permite que as empresas constituam uma espécie de seguro contra eventuais reduções de garantias físicas a partir de 2016. A lei também permite que seja utilizado como pagamento do prêmio parte dos desembolsos realizados no exercício de 2015, relativos à redução da Garantia Física, e caso esse montante não seja absorvido dentro do período de carência para o produto escolhido, a geradora terá uma prorrogação do seu prazo de concessão.

A Companhia optou por aderir à repactuação em 12/01/2016 para dois de seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, um de 783 MW e duração até dezembro de 2016 e outro de 280 MW com duração até dezembro de 2019, totalizando 1.063MW o que representa cerca de 25% da Garantia Física da UHE Tucuruí para o ano de 2016. O produto escolhido foi o SP100 em que 100% do risco de GSF é transferido para o consumidor final. Como os contratos se encerrarão antes da completa compensação dos montantes gastos em 2015, a Companhia se beneficiará ainda da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias, com a totalidade da sua Garantia Física no Centro de Gravidade (3.920,487 MW/médios) alocada para o ACR de 12/07/2024 a 30/08/2024 (Nota Técnica nº 20/2016–SRM-SRG/ANEEL).

	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Montante a ser ressarcido (A+B)	74.793	237.620	312.413	74.793	237.620	312.413
Extensão da Concessão (A)	-	178.518	178.518	-	178.518	178.518
Amortização da extensão	-	(30.897)	(30.897)	-	(20.598)	(20.598)
Total Extensão da Concessão (Intangível)	-	147.621	147.621	-	157.920	157.920
Pagamento do Prêmio (B)	74.793	59.102	133.895	74.793	59.102	133.895
Amortização do Prêmio	(102.295)	-	(102.295)	(95.975)	-	(95.975)
Transferências	40.142	(40.142)	-	33.822	(33.822)	-
Total Prêmio repactuação (Despesa antecipada)	12.640	18.960	31.600	12.640	25.280	37.920
Saldo da Repactuação (Intangível + Despesa antecipada de seguro)	12.640	166.581	179.221	12.640	183.200	195.840

Como os efeitos da Repactuação foram retroativos a 1º de janeiro de 2015, a Companhia procedeu à amortização das parcelas compreendidas no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 47.988. Em junho de 2017, a amortização acumulada, relativa à extensão da concessão e ao prêmio pago, totalizam R\$ 133.192.

O valor da extensão da concessão foi registrado como direito de uso futuro no grupo de intangível (nota 16), enquanto o prêmio pago pela repactuação do Risco Hidrológico foi registrado como despesa antecipada de seguro.

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos saldos

		<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Participações societárias			
Controladas em conjunto	14.2	4.459.894	4.109.656
Coligadas	14.2	118.864	111.644
		4.578.758	4.221.300
Bens e direitos para uso futuro			
Terrenos		61.969	61.969
Edificações, obras civis e benfeitorias		5.146	5.146
Máquinas e equipamentos		96.482	96.482
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(91.024)	(91.024)
		72.573	72.573
Total		4.651.331	4.293.873

14.2. Movimentação das participações societárias permanentes na controladora:

Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Impairment	Resultado de partic. societárias	Saldo em 30/06/2017
Participações societárias						
Controladas em conjunto						
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	41.743	-	(9.099)	-	2.682	35.326
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	374.789	127.645	-	(42.057)	4.595	464.972
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	127.338	-	(3.674)	-	5.520	129.184
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	20.779	254	-	-	(2.030)	19.003
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.643	-	-	-	(1.323)	32.320
Companhia Energética Sinop	37.700	56.350	-	30.632	(723)	123.959
Construtora Integração Ltda	25.879	-	-	-	(1.368)	24.511
Integração Transmissora de Energia S.A.	153.126	-	(11.470)	-	21.633	163.289
Manaus Construtora Ltda	25.397	-	-	-	(51)	25.346
Manaus Transmissora de Energia S.A.	190.765	-	-	-	12.716	203.481
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	652.684	-	-	(19.835)	28.112	660.961
Norte Energia S.A.	2.150.393	152.447	-	-	(1.761)	2.301.079
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	20.192	-	-	-	(2.020)	18.172
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	106.480	-	-	-	3.356	109.836
Transnorte Energia S.A.	148.748	-	-	-	(293)	148.455
	4.109.656	336.696	(24.243)	(31.260)	69.045	4.459.894
Coligadas						
Energética Águas da Pedra S.A.	111.644	-	(5.278)	-	12.498	118.864
	111.644	-	(5.278)	-	12.498	118.864
Total	4.221.300	336.696	(29.521)	(31.260)	81.543	4.578.758
Passivo a descoberto						
Controladas em conjunto						
Amapari Energia S.A.	(11.695)	-	-	-	(1.268)	(12.963)
	(11.695)	-	-	-	(1.268)	(12.963)
TOTAL	4.209.605	336.696	(29.521)	(31.260)	80.275	4.565.795

Conforme determinado nos acordos de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações. Os saldos ora apresentados na coluna “Resultado de participações societárias”, possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

14.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas

a) Balanço patrimonial

Dados financeiros em 31/05/2017 - R\$ Mil										
Partic. (%)	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Empréstimos e financiamentos (passivo circulante)	Outros passivos circulantes	Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)	Outros passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Impairment	Patrimônio líquido
Geração										
Amapari Energia S.A.	49,00	7.740	127	2.039	-	32.738	-	3.624	(26.456)	(26.456)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	26.935	5.937	206.699	7.150	51.913	99.190	600	80.718	80.718
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	47.936	7.084	222.403	7.235	32.343	99.585	6.413	131.847	131.847
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	85.250	7.864	1.757.530	-	70.233	753.746	21.489	1.005.176	30.632 1.035.808
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	57.419	47.618	752.883	35.269	28.200	296.086	13.204	485.161	485.161
Norte Energia S.A.	19,98	132.832	671.452	38.160.295	1.124.725	825.394	25.276.603	475.066	11.262.791	11.262.791
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	22.882	5.400	204.122	7.589	42.261	104.537	2.098	75.919	75.919
Transmissão										
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	7.587	14.850	63.155	-	8.340	-	517	76.735	76.735
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	137.757	9.932	5.452.653	534.307	167.030	2.176.243	173.715	2.549.047	(42.057) 2.506.990
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	8.924	26.354	291.581	-	12.228	-	62.008	252.623	252.623
Construtora Integração Ltda	49,00	27	70.413	334	-	20.539	-	212	50.023	50.023
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	27.876	154.649	434.231	31.713	20.957	75.659	88.711	399.716	399.716
Manaus Construtora Ltda	30,00	10	91.141	-	-	6.664	-	47.067	37.420	37.420
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	51.985	172.258	2.636.219	73.883	166.134	717.419	570.416	1.332.610	1.332.610
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	85.380	305.830	3.725.658	80.234	162.807	1.112.406	758.514	2.002.907	(19.835) 1.983.072
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	11.894	63.636	337.571	13.284	41.536	116.800	33.109	208.372	208.372
TNE-Transnorte Energia S.A.	49,00	8.268	8.837	291.256	-	2.049	-	3.490	302.822	302.822

b) Resultado do período

Dados financeiros em 31/05/2017 - R\$ Mil										
Partic. (%)	Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receita financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
Geração										
Amapari Energia S.A.	24,50	-	-	-	(1.330)	411	(855)	(1.774)	-	(1.774) (200)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	49,00	11.955	(13.045)	(1.090)	(1.253)	1.314	(4.102)	(5.131)	-	(5.131) (10)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	11.935	(13.890)	(1.955)	(1.412)	2.176	(4.209)	(5.400)	-	(5.400) (4.582)
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	-	(5.900)	(5.900)	-	2.105	(216)	(4.011)	1.061	(2.950) (159)
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	101.945	(30.490)	71.455	(952)	3.583	(13.732)	60.354	(9.341)	51.013 (8.491)
Norte Energia S.A.	19,98	786.542	(420.651)	365.891	2	13.079	(251.914)	127.058	(44.058)	83.000 (138.757)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	10.693	(12.910)	(2.217)	(1.059)	1.100	(4.320)	(6.496)	-	(6.496) (4.188)
Transmissão										
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	13.202	(1.664)	11.538	(1.085)	825	(320)	10.958	(842)	10.116 (15)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	226.642	(3.834)	222.808	-	6.541	(136.106)	93.243	(77.058)	16.185 (65)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	11.131	(2.519)	8.612	(749)	269	(20)	8.112	(1.950)	6.162 -
Construtora Integração Ltda	49,00	-	(415)	(415)	(20)	-	(604)	(1.039)	-	(1.039) -
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	45.877	(9.353)	36.524	(730)	1.705	(4.850)	32.649	(5.219)	27.430 (97)
Manaus Construtora Ltda	30,00	-	(28)	(28)	(3)	-	(138)	(169)	-	(169) -
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	41.833	(10.492)	31.341	5.829	3.502	(30.946)	9.726	(1.725)	8.001 -
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	88.796	(14.521)	74.275	1.136	4.720	(48.981)	31.150	(5.795)	25.355 (482)
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	35.276	(15.148)	20.128	-	804	(5.339)	15.593	(2.796)	12.797 -
TNE-Transnorte Energia S.A.	49,00	2.136	(2.094)	42	(876)	346	(8)	(496)	45	(451) -

14.4. Controladas em conjunto

Na determinação do controle em conjunto foi considerada além da participação acionária a influência significativa nas investidas, destacada principalmente devido à indicação de membro do conselho de administração para condução dos assuntos estratégicos destas entidades.

14.5. Coligadas

Na determinação da coligada foi considerada, além da influência significativa, a assinatura de acordo de acionistas, no qual cabe à Companhia a indicação de um Diretor Técnico, que permite a Companhia participar da gestão técnica dos empreendimentos pertencentes à entidade, sem controlá-la.

14.6. Impairment das investidas

Em complemento ao valor do *impairment* contabilizado no encerramento do exercício de 2016, neste período, a Companhia registrou ajuste de *impairment* para as seguintes investidas: Belo Monte Transmissora de Energia S.A – constituição R\$ 42.057, Companhia Energética Sinop S.A – reversão de R\$ 30.632, e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - constituição de R\$ 19.835.

14.7. Plano de Desinvestimento

Em 14 de junho de 2017, em atendimento ao plano de desinvestimento previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021 do grupo Eletrobras, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o início do processo de transferência das participações societárias detidas pela Companhia para a controladora das seguintes investidas: Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., Manaus Transmissora de Energia S.A., Integração Transmissora de Energia S.A., Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Transmissora Matogrossense de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. e Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

As participações societárias da Companhia nessas investidas permanecem classificadas como investimento aguardando a efetiva transferência dos ativos que por sua vez depende de autorização regulatória e de agentes financiadores.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

A movimentação dos bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia está demonstrada abaixo:

15.1. Movimentação

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências/ Incorporação	Saldo em 30/06/2017	% (*)
Geração e comercialização							
Em serviço	17.363.685	-	(1.609)	-	(13.601)	17.348.475	
Depreciação acumulada	(10.377.896)	-	1.588	(203.212)	7.426	(10.572.094)	2,42
Em curso	163.381	3.723	-	-	(14.138)	152.966	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(168.588)	-	-	-	(3)	(168.591)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	30.829	-	-	1.411	-	32.240	
Total Geração e comercialização	7.011.411	3.723	(21)	(201.801)	(20.316)	6.792.996	
Administração Central							
Em serviço	244.749	-	(889)	-	28.256	272.116	
Depreciação acumulada	(163.910)	-	857	(13.046)	(6.741)	(182.840)	11,00
Em curso	310.163	8.130	-	-	(1.199)	317.094	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	(403)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	108	-	-	5	-	113	3,00
Total Administração	390.707	8.130	(32)	(13.041)	20.316	406.080	
Imobilizado não vinculado à concessão - Terrenos							
Em serviço (LVTE)	1.900	-	-	-	-	1.900	
Total	1.900	-	-	-	-	1.900	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	(35.492)	-	-	-	-	(35.492)	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	(77.553)	-	-	-	-	(77.553)	
Provisão para redução ao valor recuperável	(500.430)	-	-	3.369	-	(497.061)	
Total	6.790.543	11.853	(53)	(211.473)	-	6.590.870	

(*) Média anual de depreciação.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 30 de junho 2017, o valor contábil bruto de R\$ 1.005.635 (2016 – R\$ 883.140) referentes aos ativos totalmente depreciados.

As despesas correspondentes à depreciação dos bens do imobilizado estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício no grupo de “Custos e despesas operacionais” (nota 28).

NOTA 16 – INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/06/2017
Vinculados à Concessão - Geração					
Em serviço					
Custo	178.517	-	-	-	178.517
Amortização	(20.598)	(10.299)	-	-	(30.897)
	157.919	(10.299)	-	-	147.620
Vinculados à Concessão - Transmissão					
Em serviço					
Custo	1.416	-	-	-	1.416
Amortização	-	-	-	-	-
	1.416	-	-	-	1.416
Outros					
Ágio direito de exploração	87.460	-	-	-	87.460
Amortização	(7.017)	(1.755)	-	-	(8.772)
	80.443	(1.755)	-	-	78.688
Não Vinculados à Concessão					
Em serviço					
Custo	61.399	-	-	-	61.399
Amortização	(56.639)	(1.694)	-	-	(58.333)
	4.760	(1.694)	-	-	3.066
Total	244.538	(13.748)	-	-	230.790

A Companhia contabiliza um ativo intangível no montante de R\$ 178.517, referente à Repactuação do Risco Hidrológico, que corresponde à extensão do prazo de concessão conforme descrito na nota 13. Esse valor é amortizado conforme prazo de concessão remanescente da UHE Tucuruí.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20% (Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015).

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício, no grupo de “Custos e despesas operacionais” (nota 28).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis.

16.1. Alocação da *mais valia*

Em 2015, após a apuração do valor da *mais valia* sobre a aquisição de participação societária na Linha Verde Transmissora de Energia S.A., a Companhia identificou que o valor de R\$ 87.460 é atribuível ao direito de exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, e esta sendo amortizado durante o prazo do contrato de concessão.

Até 30 de junho 2017 foi registrado R\$ 1.755 referente à amortização do ágio ora reconhecido.

NOTA 17 – FORNECEDORES

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Encargos de uso da rede elétrica	17.1	50.819	52.462
Fornecedores de energia elétrica	17.2	272.367	244.925
Fornecedores de materiais e serviços		69.516	121.471
Fornecedores de combustíveis	17.3	137.017	129.012
Total circulante		529.719	547.870
Fornecedores de energia elétrica	17.2	82.748	168.867
Total não circulante		82.748	168.867
Total		612.467	716.737

17.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

17.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

O saldo do não circulante apresentou redução devido à quitação das parcelas decorrentes do fornecimento de energia elétrica à BTG Pactual em cumprimento ao contrato de compra e venda de energia na modalidade “swap”, firmado setembro de 2014.

17.2.1. Leilão de compra e venda de energia na modalidade “swap” (permuta)

Em setembro de 2014, a Companhia promoveu uma oferta pública de compra e venda de energia elétrica na modalidade de “swap” (permuta) com o objetivo de cobrir as necessidades de compra/venda/uso da Eletronorte (own use). O vencedor do Leilão foi a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., única proponente do certame. Nessa operação a Companhia passou a comprar energia elétrica num preço máximo pré-estabelecido antes do início do leilão e se comprometeu a vender energia também num preço pré-estabelecido, conforme resumo a seguir:

- Fornecimento de Energia pela COMERCIALIZADORA

Período de fornecimento: de 1º de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Energia Contratada: 200 MW médios (duzentos megawatts médios).

Preço Máximo: 720,00 R\$/ MWh (setecentos e vinte reais por MWh).

- Fornecimento de Energia pela ELETRONORTE

Período de fornecimento: de 10 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Energia Contratada: 141 MW médios (cento e quarenta e um megawatts médios).

Preço: R\$ 162,60/MWh (cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos por MWh).

Para essa operação não haverá desembolso nem qualquer transferência de recursos financeiros, ou seja, haverá somente a troca de energia aos valores contratados conforme definido em leilão, com exceção dos pagamentos de tributos. A energia contratada será faturada mensalmente por meio de documentos de cobrança, emitidos nos termos da legislação vigente.

17.3. Fornecedores de combustíveis

A redução observada na conta de combustíveis se deve pela diminuição expressiva na aquisição de óleo combustível, devido pela interrupção da geração térmica na UTE Santana em função da interligação do Amapá ao SIN ocorrido em agosto de 2015.

NOTA 18 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

18.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	30/06/2017				31/12/2016			
	Encargos	Principal□	Circulante	Não circulante	Encargos	Principal□	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira								
Eletrobras	8.685	59.290	67.976	415.038	8.986	57.802	66.788	433.521
Total Moeda estrangeira	8.685	59.290	67.975	415.038	8.986	57.802	66.788	433.521
Moeda nacional								
Eletrobras	-	490.006	490.006	1.567.530	10.357	520.911	531.268	1.725.598
Instituições financeiras	45.624	421.836	467.460	2.270.042	32.132	314.199	346.331	2.016.646
Total Moeda nacional	45.624	911.842	957.466	3.837.572	42.489	835.110	877.599	3.742.244
Total	54.309	971.132	1.025.441	4.252.610	51.475	892.912	944.387	4.175.765

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 3,5% a 11,65% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

18.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	30/06/2017 31/12/2016	
	2018	345.774
2019	609.948	444.615
2020	575.687	393.784
2021	463.304	390.406
2022	416.087	376.573
2023	404.365	1.994.568
Após 2023	1.437.445	-
Total	4.252.610	4.175.765

18.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2015	17.077	502.911	519.988	3.606.911	12.784	68.685	81.469	583.788
Aquisição PVTE	-	10.022	10.022	190.453	-	-	-	-
Captação/Devolução	(13.224)	200.560	187.336	572.659	-	-	-	-
Provisão de encargos	340.088	-	340.088	-	44.521	-	44.521	-
Variação monetária e cambial	-	16.104	16.104	95.978	(2.862)	(10.879)	(13.741)	(88.319)
Transferências	-	723.757	723.757	(723.757)	-	61.948	61.948	(61.948)
Amortizações / pagamentos	(301.452)	(618.244)	(919.696)	-	(45.457)	(61.952)	(107.409)	-
Saldo em 31/12/2016	42.489	835.110	877.599	3.742.244	8.986	57.802	66.788	433.521
Refinanciamento	(14.388)	1.707	(12.681)	20.747	-	-	-	-
Captação/Devolução	-	-	-	500.322	-	-	-	-
Provisão de encargos	208.155	-	208.155	-	18.856	-	18.856	-
Variação monetária e cambial	-	5.082	5.082	22.525	(220)	1.488	1.268	(6.601)
Transferências	-	448.266	448.266	(448.266)	-	28.032	28.032	-
Amortizações / pagamentos	(190.632)	(378.323)	(568.955)	-	(18.937)	(28.032)	(46.969)	-
Saldo em 30/06/2017	45.624	911.842	957.466	3.837.572	8.685	59.290	67.975	426.920

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro.

18.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	30/06/2017	31/12/2016
Indexador		
TJLP	997.162	1.049.311
IPCA	1.640.388	1.767.942
SELIC	3.597	4.128
Outros	2.153.891	1.798.462
Moeda		
US\$	349.354	365.611
Yen	133.659	134.698
Total	5.278.051	5.120.152
Principal	5.223.742	5.068.678
Encargos	54.309	51.474
Total	5.278.051	5.120.152

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 33.3.5

18.5. Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a condições operacionais. As medições são anuais e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data base das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTA 19 - DEBÊNTURES

Em 20 de janeiro de 2012, a SPE Estação Transmissora de Energia S.A., investida da Companhia já incorporada, em Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão

da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis.

19.1. Resumo da dívida das debêntures

Financeira	Atualização	Vencimento	30/06/2017			31/12/2016		
			Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Principal	(-) Custos	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10/07/2031	210.513	(7.564)	202.949	203.521	(2.146)	201.375
Circulante					15.097	12.442		
Não circulante					187.852	188.933		

19.2. Movimentação das debêntures

	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31/12/2016	12.442	188.933
Devolução/Refinanciamento	(5.911)	5.911
Provisão de encargos	10.290	-
Transferências	6.992	(6.992)
Amortizações / pagamentos	(8.716)	-
Saldo em 30/06/2017	15.097	187.852

NOTA 20 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – PASSIVO

	30/06/2017	31/12/2016
Impostos retidos na fonte	13.177	20.018
PIS e COFINS	41.755	44.284
ICMS	2.442	2.046
Contribuições previdenciárias	1.313	2.739
IRPJ / CSLL	7.251	15.707
ISS	795	834
Parcelamento IRPJ/CSLL	21.860	37.679
Outros	1.220	1.902
Total Circulante	89.813	125.209
Passivo Fiscal Diferido	8.1	1.364.046
(-) Valor compensado com Ativo	8.1	(1.364.046)
Parcelamento IRPJ/CSLL	26.231	135.016
Total não circulante	26.231	135.016
TOTAL	116.044	260.225

20.1. Adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT)

A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária, instituído pela Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017, para quitação de débitos de IRPJ e CSLL, optando pelo pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada, R\$ 52.463, em 24 prestações mensais e sucessivas no valor de R\$ 2.186, e liquidação do restante, R\$ 166.132, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

Em atendimento à legislação do PRT a Companhia desistiu do parcelamento anterior em curso.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

21.1. Dividendo exercício 2016

O lucro apurado no exercício de 2016 foi fortemente impactado pelo reconhecimento contábil da remuneração sobre os ativos da denominada Rede Básica – Serviço Existente (RBSE), a que a Companhia tem direito de acordo com o previsto na Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 120/2016. Entretanto, esse acréscimo expressivo no resultado da Companhia não representa aumento no fluxo de caixa pois tal remuneração será recebida ao longo dos próximos oito anos e, a partir de julho de 2017.

De conformidade com a legislação vigente, a Companhia propôs que a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório seja destinada à reserva especial de dividendos não distribuídos no valor de R\$ 711.642, e a parcela relativa ao lucro não realizado, decorrente da RBSE, seja alocada na reserva de retenção de lucros (R\$ 2.134.926).

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2017, a proposta de destinação do lucro do exercício de 2016 foi aprovada pelos Acionistas da Companhia.

21.2. Obrigações com a Controladora (cessão de créditos)

Em 29 de abril de 2015, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2014, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R\$ 913.554, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 1.827.108. Os reflexos contábeis dessa decisão foram registrados na data da reunião.

Assim, o pagamento dos dividendos foi estruturado da seguinte forma (valores referenciados a 31 de maio de 2015):

- a) 25% em dinheiro, no montante de R\$ 478.816 em 31 de outubro de 2015;
- b) 75% em créditos, em 30 de dezembro de 2015, sendo:
 - R\$ 253.851 da Eletrobras Distribuição Roraima S.A.; e
 - R\$ 1.182.597 da CERON - Termonorte II.

Os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 26 de junho de 2015, deliberaram que os dividendos relativos ao exercício social de 2014, no valor atualizado de R\$ 1.915.264, a preço de 31 de maio de 2015, seriam pagos até 31 de outubro de 2015, sendo 25% em dinheiro e 75% com a transferência à Eletrobras de créditos da Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento.

Durante o exercício de 2016 houve o pagamento do montante referente à parcela de 25% no valor atualizado de R\$ 511.853. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2015, os 75% restantes, total de R\$ 1.543.464 seriam pagos à Eletrobras na forma de cessão de créditos.

A cessão de créditos, da Eletronorte, dados em pagamento foi efetuada mediante assinatura dos dois Termos de Cessão de Direitos, com a anuência dos respectivos devedores, contendo, dentre as diversas condições

inerentes ao assunto, à previsão da responsabilidade da Eletronorte pelo pagamento em caso da inadimplência dos devedores.

Até a liquidação total dos créditos cedidos, a Companhia ficará coobrigada sobre as contraprestações dos valores a Eletrobras em espécie ou em outros créditos. Os respectivos saldos serão atualizados até a data do pagamento conforme deliberação da assembleia. O quadro abaixo demonstra o saldo das obrigações com a controladora em 30 de junho 2017.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2016	264.948	1.456.977	1.721.925
Atualização monetária do período	121.288	(26.422)	94.866
Ajustes	36.246	(37.500)	(1.254)
Pagamentos	(38.449)	-	(38.449)
Saldo total em 30/06/2017	384.033	1.393.055	1.777.088
Parcela de dação em pagamento dividendos CERON	(225.362)	(1.252.014)	(1.477.376)
Parcela de dação em pagamento dividendos BOVESA	(158.671)	(141.041)	(299.712)

NOTA 22 – FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	30/06/2017	31/12/2016
Folha de pagamento		
Folha de pagamento	39.955	41.279
Encargos sobre folha de pagamento	51.034	70.098
	90.989	111.377
Obrigações estimadas		
Provisão de férias e encargos	173.399	150.814
Provisão Plano de Aposentadoria Extra - PAE	99.981	-
Outras	56.700	77.490
	330.080	228.304
Total circulante	421.069	339.681
Obrigações estimadas		
Provisão Plano de Aposentadoria Extra - PAE	25.494	-
Outras	2.606	7.162
Total não circulante	28.100	7.162
Total	449.169	346.843

O aumento verificado nas obrigações da folha de pagamento é decorrente da provisão de gastos relativos ao Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE) aprovado pela Companhia.

22.1. Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE)

Por meio do Plano de Negócios e Gestão (PDNG) 2017/2021, a controladora Eletrobras definiu uma série de medidas voltadas para a redução de despesas operacionais e ganho de eficiência. Dentre as medidas está o Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE), aprovado pela Eletronorte em 23 de maio de 2017.

As negociações para a aprovação do PAE envolveram a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia (MME) e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Este plano prevê o pagamento de incentivos indenizatórios e benefícios de assistência à saúde, aos empregados que preencham os seguintes requisitos:

- 1) Idade igual ou superior a 55 (cinquenta e cinco) anos, com pelo menos 10 (dez) anos de vínculo empregatício com a Companhia, no momento do desligamento, que se enquadre em uma das seguintes condições:
 - a) aposentados pela previdência oficial e;
 - b) em condições de aposentadoria pela previdência oficial de acordo com as regras atuais do INSS;
- 2) Reintegrados e anistiados à empresa por meio da Comissão Especial Interministerial (CEI) de Anistia – Lei nº 8.878/1994, (neste caso não há exigência de tempo mínimo de empresa, idade mínima ou obrigatoriedade de ser aposentado ou aposentável);
- 3) Idade inferior a 55 anos, com mais de 10 anos de empresa e já aposentados pelo INSS, ou integrantes de categorias que têm aposentadoria especial.

Abaixo o demonstrativo das principais condições e benefícios do plano:

Parâmetros indenizatórios	PAE - Etapa 1	PAE - Etapa 2
Adesão	05/06/2017 a 14/07/2017	17/07/2017 a 31/07/2017
Vigência (desligamentos)	10/07/2017 a 11/12/2017	14/08/2017 a 11/12/2017
Incentivo indenizatório (1)	Equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS. Equivalente ao aviso prévio.	Equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS. Equivalente ao aviso prévio.
Incentivo indenizatório complementar (2)	50% sobre o valor do incentivo indenizatório (1).	30% sobre o valor do incentivo indenizatório (1).
Incentivo indenizatório mínimo (1+2)	R\$ 175 mil	R\$ 175 mil
Assistência à saúde	60 meses	60 meses
Quantidade de inscritos	231	-
Desligamentos efetuados	36	Iniciarão a partir 14/08/2017
Saldo contábil em 30/06/2017	R\$125.475	-

Para o cálculo do incentivo indenizatório será considerada a remuneração fixa do mês da adesão ou do mês do desligamento, o que for maior. Adicionais de periculosidade, insalubridade e transferência, dentre outros, serão calculados pela média dos últimos doze meses.

O efeito contábil líquido do PAE no resultado do período foi de R\$ 125.475 (nota 28.1).

NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

23.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e refletem a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado a perda provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado e serem passíveis de razoável mensuração, são contabilizadas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é contabilizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é contabilizada provisão e somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que a critério da administração, sejam julgadas de relevância ao bom entendimento e clareza das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos legais.

23.1.1. Provisão para riscos

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo.

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas (nota 28.2).

	31/12/2016	Provisões	Reversões	Pagamentos/ Baixas	30/06/2017
Trabalhistas	152.851	31.226	(2.336)	(11.274)	170.467
Tributárias	4.900	8.281	(1.666)	-	11.515
Cíveis	359.948	9.759	(1.412)	(740)	367.555
Outras	292.388	7.482	-	(548)	299.322
Total	810.087	56.748	(5.414)	(12.562)	848.859

23.1.1.1. Tributárias

As provisões para riscos tributários envolvem várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão de R\$ 6.936 (2016 - R\$ 4.840).

23.1.1.2. Cíveis e outras

As provisões para riscos cíveis são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamações impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 30 de junho de 2017 é de R\$ 283.428 (2016 - R\$ 283.428).

Ação indenizatória – Sul America Companhia Nacional de Seguros: trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O processo passou a ser provisionado no exercício de 2015 por conta da mudança de estimativa de perda, que passou de possível para

provável. No exercício de 2016 o processo montava R\$ 237.299. O saldo em 30 de junho de 2017 monta a R\$ 237.299.

Ação de cobrança – Cetenco Engenharia: processo em discussão na esfera judicial. A empresa Cetenco celebrou contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora.

Embora o processo já esteja em fase de execução, além do pedido para que a execução seja promovida por meio do rito do art. 730 do CPC (rito dos precatórios), a Companhia defende que a correção monetária seja aplicada após a propositura da ação. Em 30 de junho de 2017 o processo monta R\$ 72.711 (2016 – R\$ 72.711).

23.1.1.3. Trabalhistas

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às provisões para riscos trabalhistas destacam-se as ações que versam sobre periculosidade e índices inflacionários.

No caso específico do processo que versa sobre os índices inflacionários, trata-se de reclamação trabalhista coletiva buscando a recomposição inflacionária dos salários durante o período de hiperinflação. O outro processo discute o pagamento de adicional de periculosidade para empregados, cujos cálculos do débito já foram homologados pelo juízo. A Eletronorte garantiu a execução e nesse momento discute os cálculos apresentados pela justiça.

Em 30 de junho de 2017 a maior causa dessa natureza monta R\$ 20.320 e faz referência ao processo 00127.2007.004.10.00.4, movido pelo STIU-DF (Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal), cujo objeto discute a incorporação do adicional de periculosidade nos salários dos empregados classificados como eventuais ou isentos. Em setembro de 2016 foi homologado acordo judicial entre as partes para adesão individual dos substituídos no processo. Até 30.09.2016, dos 125 substituídos, houve adesão de 91 empregados. Dessa forma, o valor envolvido no processo reduziu consideravelmente. Como medidas preventivas, a Companhia atua na fiscalização dos requisitos necessários e legais para pagamento do objeto pleiteado.

23.1.2. Contingências possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de possível.

	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas	79.295	71.696
Tributários	250.244	368.607
Cíveis	1.349.500	1.349.644
Outros	232.091	231.241
TOTAL	1.911.130	2.021.188

23.1.2.1. Tributárias

As contingências tributárias classificadas como possível de maior relevância, avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

ICMS: A Companhia discute judicialmente a cobrança de multa relacionada a:

- I. aproveitamento de crédito de ICMS quando da transferência desses à Boa Vista Energia, por ocasião da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, no montante de R\$ 94.409 (2016 – R\$ 90.290);
- II. cobrança pelo Fisco Estadual de Roraima exige da Eletronorte o estorno de créditos de ICMS relativos a bens do ativo permanente, o estorno dos créditos do ICMS na proporção de operações qualificadas como isentas ou não-tributadas, a saber: a) venda de energia para a CER – Centrais Elétricas de Roraima, e b) valores escriturados como “Outros”. Valor total de R\$ 47.983 (2016 – R\$ 45.891).
Autor: Estado de Roraima.

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discute na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 161.596 (2016 - R\$ 145.039). No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

23.1.2.2. Cíveis e outras

As contingências cíveis classificadas como possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento: ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando “Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças”, e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 30 de junho 2017 o valor do processo é de R\$ 1.093.210 (2016 – R\$ 1.093.210).

Ação indenizatória e antecipação de tutela: ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI Engenharia e Construções Ltda, em desfavor de Linha Verde Transmissora de Energia S/A, no montante de R\$ 160.484 (2016 – R\$ 160.484).

Ação indenizatória de desapropriação fundiária: ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária, no montante de R\$ 121.728, ajuizada pela ADEMPAR - Organização de negócio e comércio exterior. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel Gleba Pitinga em processo semelhante. Saldo do processo em 30 de junho 2017 monta R\$ 121.728.

23.1.2.3. Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível em sua maioria referem-se a demandas que envolvem horas extras, horas *in itinere*, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial. Dentre as reclamações trabalhistas de maior relevância destaca-se:

Reclamação trabalhista nº 0001714-79.2014.5.10.0008: promovida pelo Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal cujo objeto diz respeito à contratação de mão de obra via concurso público. Saldo do processo em junho 2017 R\$ 4.089.

Processo nº 0000013-54.2016.5.08.0207: ação declaratória constitutiva de direito cumulado com perdas e danos materiais e indenização por danos morais, proposta na Justiça do Trabalho, cujo objeto é a declaração da propriedade de invento ao Sr. Edson Ferreira de Barros, bem como o pagamento de lucros obtidos pela utilização do invento de autoria do demandante. A Companhia defende a tese de que o pleito está em desacordo com o que estabelece a legislação, sendo inviável a concessão da propriedade intelectual, bem

como qualquer pagamento de danos e lucros. A sentença julgou a tese improcedente. Valor pleiteado da causa monta R\$ 6.794.

NOTA 24 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

24.1. Albrás

Em 2004 a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, constituindo um derivativo embutido (nota 9.1).

Com base nessas condições, a Albrás efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R\$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

24.2. BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda

No primeiro semestre, a Companhia contratou, por meio de leilão, o fornecimento de energia elétrica com a BTG Pactual, cujo pagamento se deu de forma antecipada e integral, correspondente à entrega de energia contratada para todo o período de fornecimento. As condições dos contratos estão detalhadas abaixo:

- 1) Leilão BTG Nº 05/2017 – por meio do contrato de compra e venda de energia elétrica, celebrado em 31 de março de 2017, a Companhia contratou o fornecimento de 200 MW médios/mês ao preço de R\$ 184,93/MWh (fixo e irrevogável), pelo período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2017.
- 2) Leilão BTG Nº 12862/2017 - por meio do contrato de compra e venda de energia elétrica, celebrado em 20 de fevereiro de 2017, a Companhia contratou o fornecimento de 100 MW médios/mês ao preço de R\$ 136,47/MWh (fixo e irrevogável), pelo período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2017.

24.3. Infinity do Brasil Comercializadora de Energia Ltda

A Companhia foi vencedora do leilão de compra e venda de energia, promovido pela compradora Infinity, para compra e venda de 50 MW médios de energia ao preço de R\$ 184,93/MWh, pelo período de suprimento de 01 de julho a 31 de dezembro de 2017.

O pagamento foi efetuado de forma antecipada e integral no valor de R\$ 40.823 e corresponde à entrega de energia feita pela Comercializadora Infinity à Companhia da quantidade contratada para todo o período de suprimento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Clientes	2017			2016		
	Amortizações Efeituadas	Ganhos	Saldo	Amortizações Efeituadas	Ganhos	Saldo
Consumidora-ALBRÁS	20.065	2.039	621.018	(43.489)	(1.963)	652.719
Comercializadora-BTG Pactual	-	-	223.547	-	-	-
Comercializadora-INFINITY	-	-	40.823	-	-	-
Circulante			326.913			60.504
Não circulante			558.475			592.215

NOTA 25 - OUTROS PASSIVOS, CONVÊNIOS E CONTRATO ONEROSO

25.1. Outros passivos

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Previnorte Fundação de Previdência Complementar		6.216	8.353
Compensações Socioambientais		48.743	49.028
Gastos a realizar em empreendimentos		38.759	30.901
Óleo Combustível		53.063	53.063
Passivo a descoberto		12.964	11.696
Participação nos lucros e resultados		137.953	137.953
Eletrobras - Devolução RBNI		85.442	83.778
Diversos		74.693	78.454
TOTAL DO CIRCULANTE		457.833	453.226
NÃO CIRCULANTE			
Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos	25.1.1	801.328	665.856
Compensações Socioambientais		98.056	98.056
Provisão multa Aneel		27.961	28.424
Diversos		5.020	4.828
TOTAL NÃO CIRCULANTE		932.365	797.164
TOTAL GERAL		1.390.198	1.250.390

25.1.1. Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos - TFRH

A Companhia foi autuada por meio de dois autos de infração, o primeiro ocorreu em 27/08/2015 no montante de R\$ 206.316, referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015. O segundo auto de infração data de 11/11/2015 no montante de R\$113.213, relativo aos meses de julho a setembro de 2015, perfazendo um valor total principal de R\$ 319.529.

Posteriormente os autos de infração foram desmembrados em mandado de segurança tributário, impetrado pela Companhia (Processo nº 0075104-45.2016.8.14.0301) e execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará (Processo nº 0099058-23.2016.8.14.0301), cujos valores são atualizados periodicamente e em 30 de junho 2017 corresponde a R\$ 403.847.

A partir do exercício de 2016, em atendimento a Lei nº 8.091/2014, que institui a TFRH, e por entender tratar-se de obrigação legal, a Companhia vem provisionando mensalmente a TFRH com base na vazão e volume turbinado das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Curuá-Una.

O total das provisões e respectivas atualizações mais o auto de infração acumulado em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 665.856, acrescido das provisões e atualizações contabilizadas no período de janeiro a junho de 2017 no total de R\$ 135.472, perfazem o saldo passivo de R\$ 801.328 em 30 de junho 2017.

25.2. Convênios

	30/06/2017	31/12/2016
Convênio - Cooperação técnica MME	73.311	71.285
Convênio - DNIT nº 310/2006	3.861	3.754
Convênios - Eletrobras	229	229
Outros convênios	6.372	6.015
TOTAL	83.773	81.283

25.3. Contrato Oneroso

No exercício de 2016, a Administração testou os contratos da UHE Coaracy Nunes e de comercialização de energia Brasil-Venezuela por não possuírem ativos diretamente associados. O saldo passivo no encerramento do período para esses contratos está demonstrado abaixo:

	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	LT Brasil/ Venezuela	Total
Saldos em 31.12.2016				
Passivo circulante	7.390	-	6.856	14.246
Passivo não circulante	184.722	-	191.977	376.699
	192.112	-	198.833	390.945
Provisão em 2017	-	-	-	-
Saldos em 30.06.2017				
Passivo circulante	7.389	-	6.856	14.245
Passivo não circulante	184.723	-	191.977	376.700
Total	192.112	-	198.833	390.945

NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R\$ 11.576.263 (2016 – R\$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (2016 - 154.093.051) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

ACIONISTAS	30/06/2017			31/12/2016		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.292.342	99,480	11.516.076	153.292.342	99,480	11.516.076
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,161	18.604	247.635	0,161	18.604
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletoacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	31.531	0,020	2.369	31.531	0,020	2.369
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.236	29.769	0,019	2.236
TOTAL	154.093.501	100,000	11.576.263	154.093.501	100,000	11.576.263

O valor patrimonial da ação em 30 de junho de 2017 é de R\$ 101,96 (2016 - R\$ 93,80).

NOTA 27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016
Receita operacional bruta				
Geração				
Fornecimento de energia elétrica	644.215	528.754	335.124	267.351
Suprimento de energia elétrica	1.059.016	1.417.135	468.744	691.132
Energia elétrica de curto prazo	532.604	223.567	266.421	84.597
Operação e manutenção de usinas	6.762	7.289	2.822	3.843
Transmissão				
Op. e Manut. de linhas de transmissão	242.502	219.787	123.333	109.984
Construção de linhas de transmissão	28.320	95.629	9.881	93.711
Financeira - retorno do investimento	561.108	3.167.566	253.624	3.095.850
Outras receitas operacionais				
Serviços de comunicação multimídia	41.594	49.437	19.553	25.111
Outros	138.565	114.785	68.575	58.952
Total receita operacional bruta	3.254.686	5.823.949	1.548.077	4.430.531
(-) Deduções à receita operacional				
Encargos setoriais				
RGR	(69.981)	(63.484)	(40.006)	(30.335)
CDE	(31.251)	(13.062)	(14.568)	(6.599)
PROINFA	(46.699)	(52.688)	(23.459)	(26.714)
P&D	(21.405)	(20.122)	(10.174)	(8.372)
Total Encargos setoriais	(169.336)	(149.356)	(88.207)	(72.020)
Impostos e contribuições				
ICMS	(8.383)	(7.097)	(4.350)	(2.426)
ISS	(2.612)	(1.652)	(1.335)	(989)
COFINS	(178.601)	(197.426)	(85.184)	(109.958)
PIS/PASEP	(38.674)	(41.645)	(18.489)	(22.659)
Outros	(517)	(780)	(242)	(347)
Total Impostos e contribuições	(228.787)	(248.600)	(109.600)	(136.379)
Total Deduções à receita operacional	(398.123)	(397.956)	(197.807)	(208.399)
Total	2.856.563	5.425.993	1.350.270	4.222.132

No período de análise houve redução da receita operacional líquida, que passou de R\$ 5.425.993 no segundo trimestre de 2016, para R\$ 2.856.563 no segundo trimestre de 2017. A variação de R\$ 2.569.430 é decorrente, basicamente, do reconhecimento de R\$ 3.034.562, em junho de 2016, da remuneração sobre ativos financeiros previstos na Portaria nº 120/2016 ANEEL, provocando um aumento na receita no ano de 2016.

A redução de R\$ 358.119 na receita suprimento se deve ao término do contrato de comercialização de energia no ambiente regulado relativo ao produto 2014/2016, representada por 823 MWmed de energia (não auditado), compensado pelo aumento das vendas para comercializadoras representada por 459 MWmed (não auditado) de energia.

Aumento de R\$ 115.461 no fornecimento de energia elétrica. A receita desta modalidade de faturamento é fortemente impactada pelos faturamentos da Albras e South 32, os dois maiores contratos da Companhia. Estes contratos possuem particularidades como dependência de câmbio, preço de alumínio no mercado internacional (LME) e prevê reembolso dos encargos setoriais até limite estabelecido em contrato.

O aumento de R\$ 309.037 na receita de energia elétrica de curto prazo é decorrente da sobra de garantia física em função do término de alguns contratos.

NOTA 28 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

Nota	01/01/2017 a 30/06/2017				01/01/2016 a 30/06/2016			
	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda	(83.284)	-	-	(83.284) ¹	(83.739)	-	-	(83.739)
Encargos uso da rede	(276.554)	-	-	(276.554) ¹	(247.306)	-	-	(247.306)
Pessoal	(493.384)	(15.846)	(289.535)	(798.765) ¹	(293.508)	(19.584)	(286.911)	(600.003)
Material	(11.161)	(400)	(832)	(12.393) ¹	(16.041)	(463)	(855)	(17.359)
Serviços de terceiros	(78.719)	(13.981)	(25.293)	(117.993) ¹	(84.715)	(11.542)	(32.994)	(129.251)
Depreciação e amortização	(219.708)	-	(5.513)	(225.221) ¹	(214.690)	-	(10.947)	(225.637)
Combustível	-	-	-	-	(3.717)	-	-	(3.717)
Arrendamentos e aluguéis	(36.379)	-	(33.230)	(69.609) ¹	(2.448)	(947)	(24.501)	(27.896)
Provisões operacionais	-	-	(221.004)	(221.004) ¹	-	-	(160.371)	(160.371)
Utilização de recursos hídricos	(97.951)	-	-	(97.951) ¹	(109.092)	-	-	(109.092)
Taxa de fiscalização	-	-	(11.221)	(11.221) ¹	-	-	(5.748)	(5.748)
Construção	(28.320)	-	-	(28.320) ¹	(95.629)	-	-	(95.629)
(-) Recuperação de despesas	17.854	(102)	15.351	33.103 ¹	26.587	161	5.748	32.496
Redução ao valor recuperável	-	-	(31.260)	(31.260) ¹	-	-	-	-
Outros	(50.673)	(1.888)	(34.991)	(87.552) ¹	(69.036)	(2.074)	(21.010)	(92.120)
Total	(1.358.279)	(32.217)	(637.528)	(2.028.024)¹	(1.193.334)	(34.449)	(537.589)	(1.765.372)

Nota	01/04/2017 à 30/06/2017				01/04/2016 à 30/06/2016			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda	(20.434)	-	-	(20.434) ¹	(38.920)	-	-	(38.920)
Encargos uso da rede	(139.010)	-	-	(139.010) ¹	(125.066)	-	-	(125.066)
Pessoal	(334.572)	(8.674)	(129.130)	(472.376) ¹	(150.891)	(9.859)	(146.317)	(307.067)
Material	(6.554)	(240)	(382)	(7.176) ¹	(16.041)	(305)	6.529	(9.817)
Serviços de terceiros	(42.474)	(7.551)	(15.455)	(65.480) ¹	(84.715)	(6.978)	21.325	(70.368)
Depreciação e amortização	(108.519)	-	(2.181)	(110.700) ¹	(112.486)	-	(5.481)	(117.967)
Combustível	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(36.379)	-	3.149	(33.230) ¹	(2.448)	(560)	(11.094)	(14.102)
Provisões operacionais	-	-	(88.435)	(88.435) ¹	-	-	(226.070)	(226.070)
Utilização de recursos hídricos	(49.010)	-	-	(49.010) ¹	(51.963)	-	-	(51.963)
Taxa de fiscalização	-	-	(5.610)	(5.610) ¹	-	-	(2.878)	(2.878)
Construção	(9.881)	-	-	(9.881) ¹	(93.711)	-	-	(93.711)
(-) Recuperação de despesas	17.854	(101)	(2.503)	15.250 ¹	26.587	85	(10.651)	16.021
Redução ao valor recuperável	-	-	(31.260)	(31.260) ¹	-	-	-	-
Outros	(50.666)	(996)	16.161	(35.501) ¹	(69.036)	(1.122)	16.103	(54.055)
Total	(779.645)	(17.562)	(255.646)	(1.052.853)¹	(718.690)	(18.739)	(358.534)	(1.095.963)

28.1 Pessoal

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	(308.090)	(278.226)	(157.781)	(145.538)
Remuneração indireta	(98.921)	(24.080)	(51.769)	(12.439)
Provisão de férias	(65.592)	(66.994)	(36.553)	(33.726)
Provisão de 13º salário	(26.469)	(25.265)	(13.345)	(13.417)
FGTS	(30.494)	(27.387)	(15.527)	(14.037)
Hora extra	(10.738)	(14.320)	(4.831)	(7.249)
Benefícios assistenciais	(5.257)	(62.117)	(2.717)	(31.195)
Outros	(9.879)	(2.407)	(5.139)	(1.471)
	(555.440)	(500.796)	(287.662)	(259.072)
Encargos sobre despesa de pessoal				
Contribuições previdenciárias	(95.935)	(90.414)	(48.846)	(43.555)
Demais encargos sociais	(21.915)	(8.793)	(10.393)	(4.440)
	(117.850)	(99.207)	(59.239)	(47.995)
Plano Aposentadoria Extraordinário-PAE	(125.475)	-	(125.475)	-
	(125.475)	-	(125.475)	-
Total	(798.765)	(600.003)	(472.376)	(307.067)

O aumento verificado no período é decorrente da provisão de gastos relativos ao Plano de Aposentaria Extraordinário (PAE) aprovado pela Companhia (nota 22.1).

28.2. Provisões operacionais

Nota	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016
Provisões operacionais:				
Riscos	(51.334)	24.985	(26.431)	(65.131)
TFRH	(135.472)	(170.711)	(50.777)	(170.711)
	(186.806)	(145.726)	(77.208)	(235.842)
Perda para crédito de liquidação duvidosa:				
Consumidores e revendedores	(34.661)	(21.948)	(1.609)	(7.371)
Créditos de ICMS	-	9.686	-	18.660
Demais ativos	463	(2.383)	(9.618)	(1.517)
	(34.198)	(14.645)	(11.227)	9.772
Total	(221.004)	(160.371)	(88.435)	(226.070)

28.2.1. Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos (TRFH)

A partir do mês de junho de 2016 a Companhia, atendendo o disposto na legislação em vigor, passou a contabilizar provisões mensais e respectivas atualizações, relativas à TFRH, cujo registro é retroativo a competência Janeiro de 2016.

NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendas				
- Aplicações financeiras	42.561	61.568	26.301	21.384
	42.561	61.568	26.301	21.384
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica				
- Juros sobre atraso de pagamento	38.630	47.893	(35.413)	8.678
- Multa sobre atraso de pagamento	3.044	5.700	837	2.321
	41.674	53.593	(34.576)	10.999
Variação monetária e cambial ativa				
- Atraso de pagamento - faturas de energia	11.668	54.309	(642)	(564)
- Atualização créditos CERON	133.595	133.919	114.200	67.245
- Outras variações ativas	707	8.345	309	4.816
	145.970	196.573	113.867	71.497
Outras receitas financeiras				
- Ganhos com derivativos	96.465	121.641	(20.391)	42.711
- Outras receitas financeiras	1.833	23.212	3.820	15.855
	98.298	144.853	(16.571)	58.566
TOTAL DAS RECEITAS	328.503	456.587	89.021	162.446
DESPESAS FINANCEIRAS				
Variação monetária e cambial passiva				
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(76.356)	(92.113)	(18.850)	(43.698)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	3.728	91.478	(21.388)	42.977
- Outras variações passivas	(21.328)	(33.386)	(10.296)	(18.047)
	(93.956)	(34.021)	(50.534)	(18.768)
Encargos de dívidas				
- Empréstimos e financiamentos	(217.621)	(203.726)	(125.561)	(99.777)
- Dividendos	(93.574)	(109.276)	(44.165)	(59.003)
	(311.195)	(313.002)	(169.726)	(158.780)
Outras despesas financeiras				
- Pesquisa e desenvolvimento	(8.807)	(6.631)	(5.230)	(3.385)
- Perdas com derivativos	(27.573)	-	(27.573)	-
- Juros e multas diversas	(80.912)	(12.151)	(67.494)	(4.500)
- Outras despesas financeiras	(3.482)	(2.747)	(1.379)	(2.650)
	(120.774)	(21.529)	(101.676)	(10.535)
TOTAL DAS DESPESAS	(525.925)	(368.552)	(321.936)	(188.083)
RESULTADO FINANCEIRO	(197.422)	88.035	(232.915)	(25.637)

O resultado financeiro apresentou variação negativa no período, passando de um saldo de receita financeira de R\$ 88.035 no segundo trimestre 2016 para um saldo de despesa financeira de R\$ 190.747 no segundo trimestre 2017. A variação negativa de 278.782 é decorrente, principalmente, da variação cambial negativa relativa aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (96%), e desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos em função da desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) de 1,53% com a cotação passando de R\$ 3,26 em dezembro de 2016, para R\$ 3,31 em junho de 2017. Além disso, houve o registro de despesa financeira de R\$ 61.600 oriunda da atualização monetária de débitos de impostos quando da adesão ao programa de regularização tributária.

NOTA 30 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	01/01/2017 a 30/06/2017			01/01/2016 a 30/06/2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	711.392	711.392		3.788.249	3.788.249	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal	(177.848)	(64.025)		(947.062)	(340.942)	
Efeitos de adições e exclusões fiscais						
Provisões operacionais	(74.138)	(26.690)		(30.827)	(11.098)	
Equivalência patrimonial	20.069	7.225		9.898	3.563	
Demais adições e exclusões	137.029	48.673		807.208	289.566	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	27.424	10.445		49.092	17.673	
Incentivos fiscais	67.464	-	30.1	68.053	-	
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	-	(24.372)	(24.372)	(43.638)	(41.238)	(84.876)
IRPJ e CSLL Correntes	-	(24.372)	(24.372)	(43.638)	(41.238)	(84.876)
IRPJ e CSLL Diferidos	(52.143)	(19.327)	(71.470)	(751.044)	(270.375)	(1.021.419)
Alíquota efetiva	7,33%	6,14%		20,98%	8,23%	

	01/04/2017 à 30/06/2017			01/04/2016 à 30/06/2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	89.477	89.477		3.075.146	3.075.146	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal	(22.369)	(8.053)		(768.787)	(276.763)	
Efeitos de adições e exclusões fiscais						
Provisões operacionais	(43.976)	(15.831)		(50.002)	(18.001)	
Equivalência patrimonial	6.244	2.248		(6.346)	(2.285)	
Demais adições e exclusões	37.649	13.174		741.614	218.314	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	5.506	2.538		14.768	5.316	
Incentivos fiscais	18.166	-	30.1	9.533	-	
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	1.220	(5.924)	(4.704)	(59.220)	(73.419)	(132.639)
IRPJ e CSLL Correntes	1.219	(5.923)	(4.704)	(59.220)	(73.419)	(132.639)
IRPJ e CSLL Diferidos	17.123	5.609	22.732	(674.187)	(242.707)	(916.894)
Alíquota efetiva	20,50%	-0,35%		-23,85%	-10,28%	

A variação considerável verificada entre os períodos em análise é decorrente do reconhecimento da despesa diferida sobre diferenças temporárias no reconhecimento do ativo financeiro relativo à RBSE no ano de 2016 no valor total de R\$ 1.222.529.

30.1. Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento do Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

Até 30 de junho 2017 houve aproveitamento do incentivo para imposto de renda no total de R\$ 67.464 (Em 30.06.2016 – R\$ 68.053).

NOTA 31 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

31.1. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucuruí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R\$ 146.799. Em 31.12.2016 – R\$ 147.084 (nota 25).

31.2. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas. Os valores informados abaixo estão sujeitos à aprovação do SEST.

SPE	Participação da Companhia	2017	2018	2019	TOTAL
GERAÇÃO		597.162	161.510	18.150	776.822
Norte Energia S.A.	19,80%	396.004	145.380	18.150	559.534
Consórcio energético SINOP S.A.	24,50%	201.158	16.130	-	217.288
TRANSMISSÃO		232.487	88.200	-	320.687
Norte Brasil Transmissora Energia S.A.	24,50%	61.134	-	-	61.134
Belo Monte Transmissora de Energia	24,50%	159.500	-	-	159.500
Transmissora Matogrossense de Energia	49,00%	11.853	-	-	11.853
Transnorte Energia S.A.	49,00%	-	88.200	-	88.200
TOTAL DE APORTES		829.649	249.710	18.150	1.097.509

31.3. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2016	12.035	306.760	318.795
Atualização/ Juros	15.712	-	15.712
Refinanciamento	(14.388)	14.388	-
Saldo total em 30/06/2017	13.359	321.148	334.507

NOTA 32 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela ANEEL.

32.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	30/06/2017			31/12/2016			30/06/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	191	172	48	191	175	(833)			
Despesa uso da transmissão	-	172	(1.101)	-	175	(833)			
Receita uso da transmissão	27	-	164	27	-	-			
Serviços prestados	164	-	985	164	-	-			
Belo Monte Transmissora de Energia S.P.E.	475	-	938	584	-	(600)			
Serviços prestados	475	-	938	584	-	(600)			
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	13	94	(539)	855	99	(451)			
Despesa uso da transmissão	-	94	(619)	-	99	(451)			
Serviços prestados	13	-	80	855	-	-			
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	8	-	255	64	-	1			
Receita uso da transmissão	8	-	241	63	-	1			
Serviços prestados	-	-	6	1	-	-			
Outros	-	-	8	-	-	-			
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	10	-	290	75	-	-			
Receita uso da transmissão	10	-	283	74	-	-			
Serviços prestados	-	-	7	1	-	-			
Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)	2.619	479	(51.278)	-	2	-			
Empregados	2.619	479	(51.278)	-	2	-			
Companhia Energética SINOP S.A	-	-	10	-	-	-			
Receita com uso da rede elétrica	-	-	10	-	-	-			
Energética Águas da Pedra S.A.	45	-	756	202	-	-			
Receita uso da transmissão	45	-	756	202	-	-			
Integração Transmissora de Energia S.A.	708	688	(1.219)	548	698	-			
Despesa uso da transmissão	36	688	(3.290)	-	698	-			
Serviços prestados	673	-	2.071	548	-	-			
Linha Verde Transmissora de energia S.A	-	-	-	-	-	6.823			
Despesa uso da transmissão	-	-	-	-	-	6.823			
Serviços prestados	-	-	-	-	-	-			
Manaus Transmissora de Energia S.A.	1.482	868	(4.191)	1.482	888	-			
Adiantamento para futuro aumento de capital	415	-	-	415	-	-			
Despesa uso da transmissão	-	868	(4.191)	-	888	-			
Outros	1.067	-	-	1.067	-	-			
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	120	1.522	(6.714)	203	1.538	(2.647)			
Despesa uso da transmissão	-	1.522	(7.257)	-	1.538	(2.647)			
Serviços prestados	120	-	543	203	-	-			
Norte Energia S.A.	6.300	-	42.325	2.019	-	-			
Receita uso da transmissão	508	-	7.572	1.909	-	-			
Serviços prestados	5.792	-	34.753	110	-	-			
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	147	-	(68.538)	84	19.732	-			
Empregados cedidos	147	-	615	84	-	-			
Repasso patrocinadora	-	-	(22.834)	-	-	-			
Repasso empregados	-	-	(46.320)	-	19.732	-			
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	8	-	255	66	-	-			
Receita uso da transmissão	8	-	248	65	-	-			
Serviços prestados	-	-	6	1	-	-			
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	77	273	(815)	22	239	(560)			
Despesa uso da transmissão	-	273	(1.279)	-	239	(560)			
Serviços prestados	77	-	463	22	-	-			
Transnorte Energia S.A	57	32	174	66	36	(125)			
Despesa uso da transmissão	-	32	(166)	-	36	(125)			
Serviços prestados	57	-	340	66	-	-			
TOTAL	12.261	4.129	(88.246)	6.461	23.406	1.608			

32.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	31/06/2017			31/12/2016		30/06/2016
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	27.095	-	8.496	20.245	-	-
Receita uso da transmissão	2.535	-	7.631	3.537	-	-
Empregados cedidos	315	-	1.358	119	-	-
Empregados requisitados	-	-	(477)	-	-	-
Outros	24.246	-	(15)	16.589	-	-
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	1.431	-	1.316	3.382	-	-
Empregados cedidos	1.431	-	1.709	3.382	-	-
Empregados requisitados	-	-	(393)	-	-	-
Boa Vista Energia S.A.	535.243	4	100.609	569.856	283	113.422
Suprimento de energia elétrica	535.243	-	101.876	224.174	-	113.422
Empregados requisitados	-	-	(1.229)	-	279	-
Outros	-	4	(38)	345.682	4	-
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal	47	-	7.788	8.833	-	21.785
Suprimento de energia elétrica	-	-	7.037	8.578	-	21.785
Receita uso da transmissão	47	-	751	255	-	-
Cia. Energética de Goiás S.A. - CELG	-	-	-	-	-	36.540
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	32.687
Empregados cedidos	-	-	-	-	-	-
Receita uso da transmissão	-	-	-	-	-	3.853
Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa	99	-	4.260	6.939	-	8.195
Suprimento de energia elétrica	-	-	2.949	6.598	-	8.195
Receita uso da transmissão	89	-	1.269	324	-	-
Empregados cedidos	10	-	42	17	-	-
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	2.391.805	-	133.026	2.265.724	154	134.066
Suprimento de energia elétrica	-	-	129	29	-	112
Receita uso da transmissão	410	-	6.168	1.625	-	35
Contas a receber (operação termonorte)	2.391.168	-	127.098	2.264.069	-	133.919
Empregados cedidos	227	-	434	-	-	-
Empregados requisitados	-	-	(633)	-	154	-
Outros	-	-	(171)	-	-	-
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee	18.727	-	112.781	90.272	-	19.815
Suprimento de energia elétrica	18.464	-	111.424	89.900	-	19.815
Receita uso da transmissão	229	-	1.272	353	-	-
Empregados cedidos	35	-	85	18	-	-
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf	129	3.097	735	4.310	3.153	(15.080)
Receita uso da transmissão	-	-	20.259	4.310	-	(15.080)
Despesa uso da transmissão	-	3.097	(19.896)	-	3.130	-
Empregados cedidos	129	-	476	-	-	-
Empregados requisitados	-	-	(104)	-	23	-
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre	178	14	2.127	647	-	163
Suprimento de energia elétrica	25	-	145	75	-	139
Receita uso da transmissão	152	-	2.154	572	-	24
Empregados requisitados	-	14	(74)	-	-	-
Outros	-	-	(98)	-	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	3.361	4.410.097	(270.039)	7.852	4.479.100	(205.130)
Empréstimos e financiamentos	-	2.540.550	(173.640)	-	2.757.175	(101.273)
Empregados cedidos	3.361	-	-	7.852	-	-
Empregados requisitados	-	-	(443)	-	-	-
Obrigações com a Controladora	-	1.862.531	(95.277)	-	1.721.925	(103.857)
Outros	-	7.016	(679)	-	-	-
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	265	-	3.794	767	-	-
Receita uso da transmissão	-	-	2.904	611	-	-
Empregados cedidos	265	-	1.002	-	-	-
Empregados requisitados	-	-	(111)	156	-	-
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar	283	-	-	504	-	-
Outros	283	-	-	504	-	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	272	75.929	(21.987)	559	72.942	(11)
Receita uso da transmissão	77	-	417	88	-	-
Despesa uso da transmissão	-	2.932	(21.947)	-	3.022	-
Empregados cedidos	194	-	-	-	-	-
Empregados requisitados	-	-	(457)	471	180	-
Aquisição de ativos	-	72.997	-	-	69.740	(11)
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.032	3.629	(8.614)	193	3.749	-
Receita uso da transmissão	981	-	14.959	193	3.749	-
Despesa uso da transmissão	-	3.609	(23.364)	-	-	-
Empregados cedidos	50	-	423	-	-	-
Empregados requisitados	-	-	(633)	-	-	-
Outros	-	20	-	-	-	-
TOTAL	2.979.966	4.492.770	74.293	2.980.083	4.559.381	113.765

▪ **Receita / Despesa uso da transmissão**

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida (RAP). A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da ANEEL para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

▪ **Serviços prestados**

Refere-se a serviços operação e manutenção, gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas.

▪ **Repasse:**

Montantes repassados à Caixa de Assistência e à Fundação de previdência que gerenciam o plano de saúde dos empregados e o fundo de pensão respectivamente.

Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia para partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

▪ **Suprimento de energia elétrica**

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

▪ **Contas a receber (operação Termo Norte)**

Refere-se aos valores a receber da CERON da manutenção da operação da Termo Norte.

▪ **Aquisição de ativos**

Refere-se aos pagamentos decorrentes da aquisição de ativos junto a partes relacionadas.

▪ **Empréstimos e financiamentos**

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado.

32.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	2.135	2.001
Encargos sociais	20	18
Benefícios	218	186
Outros	241	10
Total	2.614	2.215

NOTA 33– INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

33.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Financiamentos, empréstimos e debêntures	18	5.481.000	5.321.527
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(42.584)	(8.992)
Dívida líquida		5.438.416	5.312.535
Patrimônio líquido	26.1	15.712.113	15.096.563
Total do capital		21.150.529	20.409.098
Índice de alavancagem financeira		26%	26%

33.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos e recebíveis		13.943.226	13.515.590
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.584	8.992
Clientes	6	1.101.763	1.061.489
Ativo financeiro concessões de serviço público	7	10.017.235	9.660.565
Crédito junto à Ceron	12	2.346.163	2.219.065
Outros ativos	10	435.481	565.479
Mensurados a valor justo por meio do resultado		1.275.141	505.859
Instrumentos financeiros derivativos	9	318.346	228.773
Títulos e valores mobiliários	5	956.795	277.086
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)		7.958.383	7.760.882
Mensurados ao Custo Amortizado		7.958.383	7.760.882
Fornecedores	17	612.467	716.737
Financiamentos e empréstimos	18	5.278.051	5.120.152
Debêntures	19	202.949	201.375
Convênios	25.2	83.773	81.283
Contratos onerosos	25.3	390.945	390.945
Outros passivos		1.390.198	1.250.390
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado		64.697	44.017
Instrumentos financeiros derivativos	9	64.697	44.017

33.2.1. Ativos Financeiros – classificação por categoria de instrumentos financeiros

- a) **Caixa e Equivalentes de caixa:** mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- b) **Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo** – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- c) **Clientes:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- d) **Financiamentos e empréstimos concedidos:** são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

- e) **Ativos financeiros da concessão:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.
- f) **Derivativos embutidos:** são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação do derivativo embutido.
- g) **Demais ativos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

33.2.2. Passivos Financeiros - classificação por categoria de instrumentos financeiros

- a) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- b) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia encerrou o 2º trimestre de 2017 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R\$ 5.481.000. (Em 31.12.2016 - R\$ 5.321.527), e apresentam o equivalente em US\$ (dólar) conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ (equivalentes)	R\$	%
Dólar Norte-Americano	105.602	349.354	6%
Real	1.510.788	4.997.987	91%
Iene	40.402	133.659	2%
Euro	-	-	0%
	1.656.792	5.481.000	100%

c) **Demais passivos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

33.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

33.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 18.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	30/06/2017	31/12/2016
	Passivos	
Dólar norte-americano	349.354	365.611
Iene	133.659	134.698
Total	483.013	500.309

33.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

33.3.3. Risco de *commodities*

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em megawatts médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP Billiton (South32)	01/07/2004	31/12/2017	315 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773. 21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

O ganho apurado na operação com derivativos oriundo dos contratos de fornecimento de energia no período é de R\$ 68.893 (Em junho de 2016, ganho de R\$ 121.641) – Nota 9.1. A posição patrimonial líquida apresentada é ativa em R\$ 253.649 (Em dezembro de 2016, posição ativa de R\$ 184.756).

33.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações. A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

Ativos (Circulante / Não Circulante)	Saldos em 30 de	Saldos em 31 de
	junho 2017	dezembro 2016
Caixa e equivalentes de caixa	42.584	8.992
Títulos e valores mobiliários	956.795	277.086
Clientes	1.101.763	1.061.489
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10.017.235	9.660.565
Créditos junto à Ceron	2.346.163	2.219.065
Outros ativos	435.481	565.479
Total	14.900.021	13.792.676

Caixa e equivalentes de caixa: Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Títulos e Valores Mobiliários: As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Clientes: A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Ativo financeiro concessão de serviço público: O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Indenização de concessões e direito de ressarcimento: O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

Créditos junto à CERON: Esses créditos foram objeto de dação em pagamento de dividendos à Eletrobras, conforme definido e aprovado em AGE (nota 12).

Outros ativos: Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

33.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 9. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	30/06/2017			
		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		2.536.412	1.568.124	1.719.585	2.569.231
Fornecedores	17	529.719	82.748	-	-
Financiamentos e empréstimos	18	1.025.441	345.774	1.648.939	2.257.897
Debêntures	19	15.097	10.300	41.200	136.352
Folha de pagamento e obrigações estimadas		410.304	24.665	-	-
Outros passivos + contrato oneroso	25	555.851	1.104.637	29.446	174.982
Mensurados a valor justo por meio do resultado		555	64.142	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	555	64.142	-	-
		<hr/>			
		31/12/2016			
		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		2.393.134	1.114.720	1.512.355	3.087.515
Fornecedores	17	547.870	168.867	-	-
Financiamentos e empréstimos	18	944.387	-	1.414.218	2.761.547
Debêntures	19	12.442	10.300	41.200	137.433
Folha de pagamento e obrigações estimadas		339.681	7.162	-	-
Outros passivos	25	548.754	928.391	56.937	188.535
Mensurados a valor justo por meio do resultado		332	43.685	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	332	43.685	-	-

33.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2017 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

33.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

33.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 30/06/2017			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2018	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	105.602	349.354	3,2700	2,453	1,635	258.990	172.660
IPCA	-	1.640.388	3,60%	0,027	0,018	1.684.678	1.669.915
TJLP	-	997.162	7,08%	0,053	0,035	1.050.111	1.032.462
SELIC	-	3.597	8,16%	0,061	0,041	3.817	3.744
EURO(R\$/€)	-	-	3,6600	2,745	1,830	-	-
IENE(R\$/¥)	4.540.048	133.659	0,0290	0,022	0,015	98.746	65.831
TOTAL		3.124.160				3.096.342	2.944.612

Contratos Obtidos - 2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2017	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	112.185	365.611	3,4500	2,588	1,725	290.279	193.519
IPCA	-	1.767.942	4,75%	0,036	0,024	1.830.925	1.809.931
TJLP	-	1.049.311	7,50%	0,056	0,038	1.108.335	1.088.660
SELIC	-	4.128	9,50%	0,071	0,048	4.422	4.324
EURO(R\$/€)	-	-	3,5700	2,678	1,785	-	-
IENE(R\$/¥)	4.827.885	134.698	0,0294	0,022	0,015	106.455	70.970
TOTAL		3.321.690				3.340.416	3.167.404

33.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 30/06/2017			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2018	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	105.602	349.354	3,2700	4,088	4,905	431.650	517.980
IPCA	-	1.640.388	3,60%	0,045	0,054	1.714.205	1.728.969
TJLP	-	997.162	7,08%	0,089	0,106	1.085.411	1.103.061
SELIC	-	3.597	8,16%	0,102	0,122	3.964	4.037
EURO(R\$/€)	-	-	3,6600	4,575	5,490	-	-
IENE(R\$/¥)	4.540.048	133.659	0,0290	0,036	0,044	164.577	197.492
TOTAL		3.124.160				3.399.807	3.551.539

Contratos Obtidos - 2016			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2017	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	112.185	365.611	3,4500	4,313	5,175	483.798	580.558
IPCA	-	1.767.942	4,75%	0,059	0,071	1.872.914	1.893.908
TJLP	-	1.049.311	7,50%	0,094	0,113	1.147.684	1.167.358
SELIC	-	4.128	9,50%	0,119	0,143	4.618	4.716
EURO(R\$/€)	-	-	3,5700	4,463	5,355	-	-
IENE(R\$/¥)	4.827.885	134.698	0,0294	0,037	0,044	177.425	212.910
TOTAL		3.321.690				3.686.438	3.859.450

33.4.2. Derivativos embutidos

33.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 33.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2017	318.346	1.460	-	790.959
2016	228.773	-	-	686.496
2015	46.311	-	-	400.552
2014	259.911	7.084	-	643.998

33.4.2.2. Debêntures

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 9.2).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável as previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada. Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
		(-25%)	(-50%)	(+25%)	(+50%)
2017	64.697	57.022	48.731	71.583	77.633
2016	44.017	37.488	30.774	50.122	55.673
2015	80.269	70.981	59.963	87.874	94.045
2014	72.203	67.176	61.846	76.875	81.165

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

33.5. Estimativa do Valor Justo

Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, encontram-se próximos de seus respectivos valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

(Circulante / Não circulante)	Nota	30/06/2017				31/12/2016			
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	Total	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Títulos e valores mobiliários	5	956.795	-	-	956.795	277.086	-	-	277.086
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	318.346	-	318.346	-	228.773	-	228.773
PASSIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	64.697	-	64.697	-	80.269	-	80.269

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

NOTA 34 – EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 – Aprovação de participação acionária em investida

Em 11/07/2017 a Companhia aprovou novo valor de participação no *equity* da investida Transmissora Matogrossense de Energia S.A., correspondente a R\$ 53.799, dos quais já foram aportados R\$ 41.919.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 02 de agosto de 2017.

VILMOS GRUNVALD
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ROBERTO PARUCKER
Diretor de Engenharia

WILSON FERNANDES DE PAULA
Diretor de Comercialização e Relações Institucionais

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

HUGO LEONARDO DA SILVA VEDANA
Contador - CRC-DF-017943/O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR	Presidente
RAFAELLO ABRITTA	Conselheiro
MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA	Conselheiro
JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES	Conselheiro
VILMOS GRUNVALD	Conselheiro
GLEIDE ALMEIDA BRITO	Conselheiro

CONSELHO FISCAL

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA	Presidente
JOÃO VICENTE AMATO TORRES	Conselheiro
RODRIGO PARENTE VIVES	Conselheiro